



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

[Handwritten signatures]

ATA N.º 74/XIII-4.º/2021-25

1 - Aos vinte e nove dias do mês de julho de dois mil e vinte e cinco, pelas 21H15, na Sala Pablo Neruda no Fórum Romeu Correia, sita na Praça da Liberdade, na Freguesia de Almada, realizou-se uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Período de Intervenção dos Cidadãos;

2 – Período de Antes da Ordem do Dia;

3 – Período da Ordem do Dia (Continuação):

- 3.6 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Projeto de Regulamento Agroparque Terras da Costa e do Mar - Aprovação do relatório de ponderação e envio da versão final do regulamento para a Assembleia Municipal”;
- 3.7 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “8/EOP/2025 - "CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE RECOLHA OFICIAL E BEM ESTAR ANIMAL E REQUALIFICAÇÃO DA QUINTA DA ALEMBRANÇA, FEIJÓ” – Aprovação da decisão de contratar, autorização e program. despesa, escolha e peças do proc., Júri, Gestores do Contrato e CSS”;
- 3.8 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Gestão de Ativos. Jardim de Infância de Marco Cabaço e Estaleiro da JF Charneca. Regularização de registo”;
- 3.9 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Aquisição de material para apetrechamento da Escola Básica n.º 1 da Trafaria e Escola Básica de Fonte Santa, reprogramação financeira plurianual do plano”;
- 3.10 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Aquisição de periféricos informáticos - Reprogramação Financeira Plurianual do Plano”;
- 3.11 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Aquisição de serviços de inspeções de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes do Município de Almada, pelo prazo de 2 anos, reprogramação financeira plurianual do plano”;
- 3.12 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Início do procedimento por Concurso Público n.º CPN00415S2025 para “Aquisição de serviços de cópia e impressão, em regime de outsourcing, para serviços municipais, e escolas do 1º ciclo, 3º ciclo e ensino secundário, pelo prazo de 3 anos”;
- 3.13 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Aquisição de serviços técnicos especializados de manutenção e conservação dos relvados desportivos naturais da Pista Municipal de Atletismo Alberto Chaiça, pelo prazo de 14 meses, reprogramação financeira plurianual do plano”;
- 3.14 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Início do procedimento por Concurso Público n.º CPN005732024 para aquisição de serviços de SOC - Security Operation Center pelo prazo de 2 anos”;
- 3.15 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Serviços de manutenção da plataforma informática para gestão integrada da Habitação Municipal e aquisição de módulo Financeiro - Ajuste direto nº AD001125S2025 - Reprogramação Financeira Plurianual do Plano”;
- 3.16 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Aquisição e distribuição de fruta e produtos hortícolas nos estabelecimentos educação e ensino do Pré-Escolar e 1º Ciclo do EB da rede pública do Concelho de Almada, no ano letivo 2025/2026, reprogramação financeira plurianual do plano”;



- 3.17 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Proposta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar entre o Município de Almada e o Clube Desportivo Cova da Piedade. Aprovação”;
- 3.18 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Contrato Interadministrativo com a UF Charneca de Caparica e Sobreda para beneficiações na divisão com entrada pelo n.º 9A, do edifício municipal sito na Praça Aquilino Ribeiro, N.ºs 9, 9A e 9B, com vista à instalação da Sede Social do Clube Pedro Pessoa”;
- 3.19 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Modificação Objetiva Contrato n.º 3/2025 - Aquisição de serviços de controlo mecânico e químico de vegetação espontânea sem glifosato - Lote 2”.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Ivan Gonçalves, pelo 1.º Secretário Ivo Almeida e a pela 2.ª Secretária Ana Paula Silva.

3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); João Luís Serranho Frazão Cuvaneiro (PS); Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS); Daniel Alexandre Teixeira da Silva (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); Olga Natália Maia Mariano (PS); Bruno Ramos Dias (CDU); Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU); Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU); João Eduardo Alves de Moura Galdes (CDU); Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU); Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Sónia Tchissole Pires da Silva (CDU); Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); Luis Amado Durão (PSD); Sónia Raquel Mota Faria (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); Pedro Miguel Celestino Pereira (BS); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Sara Sofia Martins Pinheiro (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS); José Ricardo Dias Martins (PS); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).

4 – Nos termos e para os efeitos do n.º 3, do artigo 42.º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as) Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS), José Alberto Azevedo Lourenço (CDU), Maria Amélia de Jesus Pardo (CDU), Inês Pizarat Correia Bom (BE), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 – Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Luísa Maria Freire Galvão (PS), António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU) por impedimento de Andreia Sofia Egas (CDU), António Abrantes de Almeida (CDU), José Manuel Raposo Gonçalves (CDU) e Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU), António José Olaio da Silva (CDU), Nuno de Avelar Pinheiro (BE).

4.1.2 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica Trafaria, Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito Nuno Ricardo Cardoso Augusto (PS), o Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda, Pedro Miguel de Amorim Matias (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito João António Franco Rocha (PS).

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

4.2 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a ausência dos/as Senhores/as Vereadores José Pedro Ribeiro (PS), Francisca Baptista Parreira (PS), José Luís Bucho (CDU) e Joana Rodrigues Mortágua (BE).

5 – Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.



5.1 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para informação aos Senhores/as Múncipes

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais

Senhores Múncipes;

As intervenções serão gravadas e transmitidas no canal de Youtube da Câmara Municipal de Almada, pelo que é importante que os Senhores Múncipes e toda a Assembleia o saibam, gravação essa que se estende a todas as respostas que se seguirão.

5.2 – Usaram da palavra os Senhores Múncipes Andreia Miranda, Valentina Rosa, Sónia Alves, Carla Trindade e Carlos Rocha.

5.2.1 – A Senhora Múncipe Andreia Miranda:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sou residente aqui no Concelho e sinceramente, não vinha com intenção de intervir nesta Sessão, mas já que cá estou quis aproveitar o momento.

No dia 28 deste mês, vi no Portal da Câmara Municipal, o anúncio de um procedimento de concurso público para a venda de viaturas e máquinas em fim de vida. E surgiu-me uma dúvida que gostava de colocar.

O procedimento indica que os bens podem ser vistos no local, mediante pedido e refere um edital que infelizmente, quando tentei abrir originava erro. Como tal, não consegui encontrar em lado nenhum uma lista com o número de viaturas ou equipamentos a alienar. Por isso, venho perguntar quantos veículos ou máquinas estão em causa e em quantidades. Gostava apenas de perceber se vale a pena ou não me deslocar ao local para ver esse material.”

5.2.2 – A Senhora Múncipe Valentina Rosa:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Hoje vamos voltar a esta Assembleia Municipal, mas hoje eu não preciso de respostas porque as ações vão falar por si, portanto eu só quero deixar o meu testemunho.

Voltamos a esta Assembleia Municipal com a mesma postura de sempre, cabeça erguida, com respeito, mas com firmeza de quem fala em nome de quem há décadas trabalha sem voz, sem proteção e sem descanso.

Na Sessão de ontem, a Direção da Aapacc, foi alvo de acusações por parte da Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada. Chamou de mentirosa, pôs em causa a palavra, a credibilidade e a confiança que os agricultores das Terras da Costa depositam em quem os representa. E porquê? Porque ousamos criticar o Regulamento de forma construtiva, porque tivemos a ousadia de apresentar propostas edificadoras, porque nos recusamos a ser cúmplices do silêncio. Não somos políticos, somos agricultores, somos mães, somos pais, e de uma forma ou de outra, uns há mais tempo do que outros, mas somos filhos desta terra. E é por dever moral que estamos aqui. Não para beneficiar, mas para defender uma comunidade que tem sido sistematicamente empurrada para o esquecimento. O ataque que foi feito a quem representa os agricultores, não é só a ela, é à própria legitimidade da crítica. É o reflexo de um poder que quando se sente desconfortável, tenta descredibilizar quem o confronta com verdades inconvenientes. Mas queremos deixar isto muito claro. Não nos calamos, não nos vamos curvar e não estamos sozinhos.

A nossa luta é limpa, é feita à vista de todos, com documentos também, com reuniões, com chamadas, com tempo roubado à família e à lavoura. E por falar em coerência, não podemos deixar de dizer que há partidos nesta casa, que nos apoiaram, que estiveram connosco quando tudo era mais fácil, mas que agora nos deixam numa posição precária se nos abandonarem. Acredito também que há vozes desconfortáveis com esse caminho, porque sabem que votar este Regulamento tal como está, é trair as lutas que ontem aplaudiram. Aos que ainda têm dúvidas, só vos pedimos isto: olhem nos olhos, olhem para os rostos que aqui estão hoje, de quem sempre cultivou estas terras, e perguntem-se se conseguem com a consciência tranquila votar contra quem nunca vos pediu nada, apenas justiça, previsibilidade e dignidade.



O respeito não pode depender de partidos, a verdade não pode ser um incómodo e a história não perdoa a quem vira a cara no momento decisivo.

Hoje não vimos pedir nada pessoal, vimos sim apelar à coragem política, ao sentido institucional e à memória. E que fique claro, a honra essa não se tira com palavras. Defende-se com atos e nós estamos aqui, sempre estivemos, e estaremos.”

5.2.3 – A Senhora Munícipe Sónia Alves:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Hoje voltamos a esta Assembleia Municipal com a mesma postura de sempre.

Voltamos com serenidade, mas com profunda mágoa.

Durante a Sessão de ontem da Assembleia Municipal de Almada, eu fui diretamente visada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal. Colocou em causa o meu nome, a minha palavra e a confiança que os agricultores das Terras da Costa depositam em mim. Fui acusada de mentir, fui descredibilizada em público.

E tudo isto sem qualquer fundamento. Apenas por ter assumido uma posição crítica e construtiva do Regulamento do Agroparque. Sempre com base em factos, diálogo e propostas concretas.

Não sou política profissional, sou agricultora, sou mãe, sou esposa, sou alma das Terras da Costa. E é por dever moral e cívico que tenho defendido os interesses daqueles que vivem do trabalho agrícola e que ao longo de décadas foram sempre empurrados para a margem do sistema.

O que ontem aconteceu, não foi apenas um ataque pessoal, foi um sinal claro, de que a crítica fundamentada incomoda quem não quer ouvir. Mas recuso-me a baixar os braços ou a perder a dignidade, continuarei a trabalhar, com transparência, com verdade, e com a total disponibilidade para esclarecer tudo o que for necessário, hoje e sempre.

O respeito pelo próximo não pode ser seletivo nem condicionado à audiência política. Apela ao bom senso e sentido institucional, hoje mais do que nunca precisamos de um diálogo sério, de foco no essencial e de respeito por todos os que legitimamente defendem as causas. Hoje mais do que nunca, precisamos de todos, os que sempre estiveram connosco ao longo deste caminho e não nos abandonem agora.

Este foi o discurso que foi preparado por nós, para defender a Aapacc.

Hoje a minha filha faz três anos e o caminho que eu tenho percorrido ao longo da minha vida, é com o fundamento de lhe deixar princípios, de lhe deixar uma imagem e orgulho da mãe. Não permito, nem permitirei, que me continuem a desrespeitar, eu mereço respeito e não continuarei a permitir que me chamem de mentirosa ou que digam que eu estou a mentir. Desculpem, mas isso eu não posso permitir.

A minha filha merece ter orgulho da mãe e hoje faz três anos. Mas eu gostava muito que, daqui por uns anos, ela pudesse de alguma forma, olhar para a história e ver que a mãe lutou sempre pelo futuro dela.

Sei que o tempo não é muito, mas queria partilhar convosco aquilo que escrevi hoje numa história que ofereci à Constança, porque isto é a memória que eu quero deixar no futuro.

Para ti minha filha, no dia em que celebras mais um ano de vida, hoje fazes anos, minha, nossa pequenina. E enquanto o mundo corre, lutamos e caminhamos, por ti, por nós, por todos. Há um momento em que tudo para e o que fica és tu, tu és minha, és a nossa razão, o meu o nosso norte, o meu o nosso milagre, a nossa filha é o nosso milagre. Desde que vi os teus olhos pela primeira vez, percebi que o amor pode ser imenso, infinito e incondicional, e desde então tudo em mim mudou, porque a tua existência fez nascer em mim uma força que eu não sabia que tinha, fiz-me mais firme, mais sensível, mais resiliente, fez-me mulher, fez-me mãe. Contigo aprendi a amar sem medida, aprendi que o colo cura, que o riso salva, que os dias mais difíceis ficam mais leves quando eu ouço “mamã”. Aprendi que lutar vale a pena, sobretudo quando é para ti. Sinto gratidão por cada segundo que passo ao teu lado, pelo teu abraço desajeitado, pelo teu jeito doce de me chamares à terra quando tudo parece pesado, tu nem sabes, mas és a minha paz no meio da tempestade. Um dia, quando fores crescida



e leres estas palavras, quero que saibas isto, a tua mãe fez o que pôde com tudo o que tinha, sempre com amor, coragem e dignidade. Lutei por um mundo melhor, para que o teu fosse mais justo, mais verde e mais livre. E mesmo quando estive ausente por batalhas maiores, o meu coração esteve sempre contigo, sempre. Parabéns meu amor, que a vida te sorria como tu sorris ao mundo e que nunca te falte o que sempre tiveste, amor, verdade e raízes. Com todo o amor que existe no meu peito.

Esta é a mensagem que quero deixar para o futuro, por isso não continuarei a permitir que me chamem mentirosa.”

5.2.4 – A Senhora Munícipe Carla Trindade:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O que eu vinha dizer a Sónia e a Valentina já o disseram. Mas eu venho aqui fazer um apelo a todos os Vereadores.

Eu ontem não estive presente, mas acompanhei online. Falou dos antepassados, do trabalho feito por eles, que é de louvar. Portanto eu venho pedir a todos o seguinte: aos Senhores Vereadores, pedir que votem com consciência e não com interesse, a pensar nas próximas eleições, porque as Terras da Costa precisam de consciência e não de interesses.”

5.2.5 – O Senhor Munícipe Carlos Rocha:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Agradeço a oportunidade de poder vir aqui falar e vou falar como agricultor.

O Agroparque foi criado num gabinete sem saber realmente quais são os agricultores que há. Ou seja, o Agroparque está mais à volta dos terrenos supostamente camarários e privados, e pelo mapa não se percebe muito bem onde é que estão encaixados os terrenos do ICNF, ou sou agricultor dos terrenos do ICNF, eu como muitos.

Se nós repararmos bem nas Terras da Costa, é uma imensidão com terrenos agrícolas e o Agroparque praticamente é só uma pequena parte das Terras da Costa.

Pergunto eu, como é que se avança para um projeto a esquecer-se o resto dos agricultores, neste caso a maioria dos agricultores nos terrenos do ICNF? Eu, não sei porque é que se avança. Foi-me dito que o ICNF não estava disponível ou a direção do ICNF foi mudada, mas com certeza que se avançou para esse projeto, para o Agroparque, com certeza que deveriam primeiro ter falado com a direção do ICNF. Isto leva a uma certa desconfiança.

Em relação às formações. Ontem fui elogiado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, a dizer que parte das formações foi muito tirado da minha opinião. Pergunto eu, então vai-se avançar para o Agroparque sem ter o conhecimento real de quais são as formações que os agricultores possam ter? Eu tenho assistido a todas as formações, para ser um agricultor melhor, aprendemos com as formações. Só que parte das formações não estiveram lá agricultores e isto porquê? Porque nunca foi planeado, ou seja, nunca se fez um inquérito para ver realmente, onde é que havia necessidade de fazer intervenção. Para o Agroparque avançar. Ou seja, tudo isto leva à desconfiança. Porque nós já ficamos um bocadinho escaldados com o Programa Polis, agora aparece o Agroparque e o mapa do Agroparque também não está muito bem sinalizado, só incertezas atrás de incertezas e claro nós os agricultores queremos mais transparência, porque não tem havido e queremos mais respeito pelos agricultores. Há agricultores que estão lá há duzentos anos, cento e cinquenta anos e de um momento para o outro não são tidos nem achados.

A Câmara Municipal diz que ganhou essa causa em Tribunal. Mas pergunto eu, está ali a Senhora Carolina, está ali a família Alves, está ali a família do Casimiro, são pessoas que há cento e cinquenta anos, nessa altura havia Câmara Municipal? Não havia. O que é certo é que de um momento para o outro, a Câmara Municipal diz que é sua posse, tudo bem.



Agora falemos no ICNF. A Câmara Municipal diz que irá agendar uma reunião com o Ministério de Agricultura, com o Ministério do Ambiente, para falar um bocadinho sobre o ICNF, ter uma coisa concreta com o ICNF. Ou seja, a Câmara Municipal nessa altura vai ter com o ICNF e vai apresentar o seu programa em relação aos agricultores que estão nos terrenos da Câmara Municipal. É lógico que o ICNF, a questão dos arrendamentos, a questão da duração dos contratos, a questão do pagamento é totalmente diferente daquele que a Câmara Municipal está a propor aos agricultores. Ou seja, vamos ter aqui dois pesos e duas medidas. Mesmo que os agricultores do ICNF se englobem dentro do Agroparque, das duas uma, ou ficam com as mesmas condições da Câmara Municipal ou então é o ICNF. A Câmara com certeza não vai aceitar as mesmas condições do ICNF. Temos aqui dois tipos de agricultores em termos de custos. Por isso é eu digo que tudo isto leva à desconfiança. Eu pessoalmente, no caso do ICNF, eu não sei qual é o meu futuro. Porque os terrenos que eu estou a cultivar não estão dentro do mapa, será que vai ser preservada toda a zona agrícola do Agroparque e o resto será para laser, ou turismo? Por causa disto é que a desconfiança paira no ar.”

5.3 – Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais António Pedro Maco (CDS-PP), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), o Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS).

5.3.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu dirijo-me aqui a todos, mas inclusivamente, aos agricultores que mais uma vez vieram aqui a esta Assembleia Municipal reivindicar aqueles que são os seus direitos e tentar repor aquela injustiça que está a ser feita pela Câmara Municipal de Almada, nomeadamente, pela Senhora Presidente da Câmara Inês de Medeiros.

E aquilo que quero deixar aqui é não só uma palavra de esperança e de coragem para estes agricultores que cá vieram outra vez, para a Sónia, para o Carlos Rocha que muito bem aqui falou e que merece ser ouvido porque percebe daquilo que está a dizer ao contrário de outras pessoas.

Deixar uma palavra de solidariedade também para a Aapacc e para todos os agricultores, para que não desistam. Eu como sempre, como há uns anos, como agora, estarei sempre ao vosso lado.”

5.3.2 – O Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só para responder à Senhora Múncipe Andreia Miranda, de forma muito simples.

A abertura do procedimento de concurso público para alienação de máquinas e viaturas em fim de vida, está publicada no site, aquilo que eu percebi da sua intervenção, dizia que não conseguia aceder ao edital, mas se consultar o link e eu ainda agora tentei, o edital está público, está cá com todos os detalhes, com todo o procedimento, seja em termos de visitas, abertura de propostas, todo o detalhe das viaturas, estamos a falar da alienação de sucata, está lá tudo. Se tiver alguma dificuldade também lhe posso dizer o link direto.”

5.3.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Valentina Rosa, permita-me que lhe diga, quando me dizem não somos políticos, permita-me que lhe diga que todos nós somos políticos. Pelo menos na minha visão, foi isso que eu aprendi graças ao 25 de Abril.

É porque antes do 25 de Abril, a grande ideia é, não se metam em política, isso é lá para o poder. E havia assim os seres que tomavam conta de nós. A grande diferença entre a democracia e os regimes totalitários, é que o povo se mete em política, fala de política, honra a política e ao honrar a política honra a democracia.

E também todos nós, com funções políticas ou não, todos nós somos pais, eu sou mãe, sou filha, espero um dia ser avó, por enquanto sou por afinidade, portanto, não há aqui uns maus que estão de um lado, e uns bons que estão do outro.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

E uma coisa lhe garanto, só conseguimos chegar a consensos e a conversas, quando há de facto, frontalidade, honestidade, e sobretudo sentido de compromisso. E eu disse ontem e volto a dizer, se há coisa que me entristece, por parte da Aapacc e de todas as reuniões onde a Senhora também esteve, é que visivelmente, não tiveram o sentido de compromisso. E pior ainda, eu o que li ontem posso voltar a ler, foi o apelo que fizeram aos agricultores, dizendo que eles corriam o risco de terem contratos de três anos. Ora, foi a Senhora Valentina e a Senhora Sónia Alves, que estiveram nesta mesma sala, a negociar a questão e começaram por pedir trinta anos, e houve um equilíbrio encontrado. Nós, era sete anos e o que está no Regulamento é um primeiro contra de quinze anos renovável automaticamente, por sete anos sabe porquê? Porque é isto que também está na Lei, que regula a agricultura do nosso país, e porque é sempre o tempo mínimo dos apoios nomeadamente, europeus. E tudo isso vos foi explicado.

Eu peço desculpa, ficam ofendidas com a palavra mentira, mas então arranjem-me outra palavra, porque alguém que esteve cinco dias a negociar connosco, alguém que esteve connosco a ver cada alínea de um regulamento, alguém que sabe melhor do que ninguém, aliás, disseram que estavam a ser acompanhados por um jurista e nós dissemos que ainda bem, alguém que sabe exatamente o que está no Regulamento, como é que chamam o apelo que vocês escreveram e publicaram nas redes sociais? O que é que vocês vão dizer a cada um destes agricultores, como é que vão justificar terem andado a dizer que eles iriam ter contratos de três anos? Se isto não é uma mentira, digam em que artigo, em que alínea do Regulamento, é que há contratos de três anos? Não há.

Portanto, não retiro uma palavra do que disse ontem e porque há uma razão, é porque eu também falo com os agricultores.

Volto a dizer o que disse ontem. A minha total disponibilidade para falar com todos aqueles que quiserem falar, para explicar alínea a alínea, qual é que foi o racional.

O que me inquieta, é que há uma associação que se apresentou como ser a representante dos agricultores. Como não é possível andarmos a falar com os agricultores um a um, organizamos reuniões de trabalho com os representantes das duas associações. Aliás, foi isso que foi pedido por todas as forças políticas. Qual é o princípio? O princípio é que os representantes de cada associação, transmitem, não quer dizer que concordem, mas transmitem com verdade, o que foi debatido e quais são as propostas.

Inquieta-me, quando muitos de vocês dizem: esclareçam-me. Porque nós demos todos os esclarecimentos a quem é suposto representar-vos. E como eu disse, estiveram em todas as reuniões de trabalho e ainda bem que foram assessorados por quem lhes deu apoio jurídico.

Portanto, eu peço desculpa, mas se os associados da Aapacc não sabem o que está no Regulamento, não é a nós que devem vir pedir justificações, é a quem vos representa.

E quando me dizem que não houve participação, eu tenho aqui a listagem do que foram estes dois anos.

Houve reuniões abertas desde o primeiro instante com os agricultores, cerca de trinta; sessões de apoio técnico aberto aos agricultores, cerca de vinte e seis; sessões de apoio técnico aberta relativamente planos de negócio, cerca de vinte e quatro; formações e apoios agrícolas e negocio, formação certificada de agricultura biológica cinquenta horas, houve dezoito agricultores que foram tê-la; formação certificada em introdução à agricultura biológico, três horas, houve vinte e três formados; sessões de apoio ao negócio e empreendedorismo, vinte e quatro pessoas; visitas ao Parque Alimentar em Labrada que foi a viagem que fizemos foram doze pessoas; ações de capacitação, Marketplace, plano de negócio, marketing, desenvolvimento do produto associativo entre outras ações todas nesta área, houve oito pessoas que participaram; curso de aplicação de produtos fitofarmacêuticos, houve dezanove formados, entre os quais a Senhora Sónia, que aliás, saúdo saber que esteve nessa formação; ação de capacitação em plano de negócio e análise de mercado, a formação está a decorrer.

E agora, se me permite, a Senhora Carla Trindade, não falou para nós, mas deixe-me que lhe diga, eu não faço nada sem consciência e sem um altíssimo sentido do dever, da transparência e da consciência. E também não admito, que venham pôr em causa a minha consciência. Nem nenhum dos Senhores Deputados Municipais que aqui estão.



Ao Senhor Carlos Rocha, eu quero dizer e volto a agradecer. O Senhor Carlos Rocha explicou bem, que há aqui uma situação que é complicada e que ele também sabe que já estamos a tentar resolver.

Primeiro ponto, o Agroparque, as regras do tipo de agricultura ao Agroparque, é suposto aplicar-se a toda a área, sejam terrenos privados ou públicos, da Câmara Municipal ou do ICNF. É suposto aplicar-se a tudo.

Mas o Senhor Carlos Rocha tem razão, o ideal é que não haja situações em que uns pagam dez, outros pagam quinze ou uns têm ações de formação, outros não têm ações de formação. Portanto, nós temos tentado e estava no bom caminho para chegarmos a um acordo, na altura era o Senhor Engenheiro Rui Pombo que estava à frente do ICNF local, chegar a um acordo. Entretanto, já reunimos com o atual dirigente a quem expusemos esta questão, já expusemos esta questão à Senhora Ministra do Ambiente na audiência que nos concedeu e em princípio o Senhor Secretário de Estado da Agricultura, também já disse que está disponível para vir visitar o projeto do Agroparque, já para não falar dos Eurodeputados, do pessoal da Área Metropolitana de Lisboa. E tem toda a razão, é preciso que haja um acordo. Sobre isso eu não tenho dúvidas e é verdade também, que é preciso que possamos chegar a um acordo para que não haja diferenças entre os agricultores. Assim como os privados, também podem associar-se ao Agroparque e está lá no Regulamento.

E volto a agradecer o Senhor Carlos Rocha, porque de facto, foi a pessoa que mais insistiu desde a primeira hora, na necessidade de cursos de formação. E Senhor Carlos Rocha, os cursos de formação não é suposto acabarem e o que está no Regulamento, é a possibilidade de se fazer informações e os agricultores continuarem a terem acesso a formações gratuitas, conforme as necessidades de cada um. E isto até foi um aleta seu.

Têm falado muito, ainda ninguém conseguiu explicar no que é que os agricultores vão ser prejudicados, ninguém. Falaram imenso e ninguém conseguiu ainda explicar em que é que vão ser prejudicados. Prejudicados do quê? Estão a ocupar irregularmente um terreno e vão passar a estar regulares nesse terreno, qual é o prejuízo? Não podem certificar a vossa atividade, não podem aceder a apoios, estão completamente abandonados com sempre me dizem há mais de trinta anos. Naquele terreno não é possível fazer outra coisa que não seja a agricultura. Não é possível e o Regulamento ainda vem reforçar mais. Na zona que está identificada não é possível fazer outra coisa que não seja agricultura. Não pode porque aquilo é REN e é RAN. E não são os Municípios que fazem nem a REN nem a RAN.

A alteração do PDM pode mudar muitas coisas, quem decide a REN e a RAN não é a Câmara Municipal, é a DGAV, a CCDR, a APA e o ICNF, não é Câmara Municipal. As Câmaras Municipais fazem um trabalho e depois eles é que aprovam. Portanto, pode vir outro qualquer ter ideias de construir ali coisas, eu garanto, que nunca ninguém ali vai poder fazer outra coisa que não seja agricultura. Agora, daqui a um, século não posso garantir. Daqui a um século nenhum de nós sabe sequer se há planeamento da terra.

Relativamente à Senhora Sónia Alves. Em primeiro lugar deixe-me lhe dar os parabéns à sua filha. A sua filha é de facto, o orgulho de qualquer mãe e não é só porque as nossas filhas são os nossos orgulhos, é de facto, uma menina muito especial, parabéns.

Agora, há uma coisa que lhe peço e devolvo-lhe aquilo que disse. Falou de diálogo sério, e é isso que eu esperei, que espero, não só hoje como amanhã. E espero que sim, que continue a ser dirigente do que entender e que aliás, cumpra na sua vida o que quiser fazer, é natural que queira que a sua filha tenha orgulho de si. Mas nós todos, há uma coisa que eu lhe deixo aqui claro, sim, faça de facto um diálogo sério e sem interesses por trás."

5.3.4 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Não posso deixar de manifestar estranheza para não dizer indignação, ao ver que a Câmara Municipal decide avançar em pleno verão, com um procedimento de alienação de viaturas e máquinas em fim de vida, mencionado pela Senhora Múdice e confirmado pelo Senhor Vereador, enunciado no site da Câmara Municipal, sem nunca ter respondido ao requerimento do CHEGA apresentado a 22 de maio, há mais de dois meses, solicitando precisamente, a listagem detalhada da frota automóvel da Autarquia e das entidades participadas.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Relembro que o prazo estimado no Regimento desta Assembleia Municipal é de quinze dias, passaram mais de setenta dias.

Estamos a falar de um pedido claro, transparente, legítimo feito nos termos regimentais, cuja resposta até hoje nunca chegou a esta Assembleia Municipal.

Agora, perante o silêncio o que faz Câmara Municipal? Vende os veículos à pressa, no pico do verão em pleno mês de agosto. Isto não é apenas falha na comunicação, é uma manobra para evitar o escrutínio. É um esvaziamento deliberado da capacidade de fiscalização dos eleitos desta Assembleia Municipal.

É esta a transparência anunciada pelo executivo? Um grupo municipal faz um requerimento para saber o número de veículos na posse dos vários órgãos da Câmara Municipal, e a resposta é uma venda apressada.

E pior, isto pode representar uma perda direta de dinheiro público, porque ao avançar com este procedimento num momento de pouca atenção e reduzida concorrência, está-se a garantir que os valores de venda sejam mais baixos. Acha mesmo que está a servir a população quando coloca este tipo de material à venda, em que a maioria das empresas interessadas está férias?

É isto servir o interesse público ou é uma tentativa óbvia, de esconder o desnorte que reina no parque de viaturas da Câmara Municipal?

Vai mesmo vender viaturas ao desbarato para esconder o facto de não ter a casa arrumada? Isto é grave. Isto é muito grave. Exige não só, explicações, exige consequências.

O Grupo Municipal do partido CHEGA irá enviar ainda hoje, um pedido de reunião com os Vereadores do Pelouro e os responsáveis do Departamento, no âmbito da 1.ª Comissão, com carácter de urgência. A situação não pode ficar sem resposta."

5.3.5 – O Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nós estamos a falar de sucata e de facto, o tema não tem assim muito valor. Porque ao contrário daquilo que o Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes do CHEGA diz, nós não estamos a vender viaturas, nós estamos a vender viaturas que já são sucata. Ou seja, que já não estão a ser utilizadas e que estão a ocupar espaço. Aliás, quem visitar os serviços da Câmara Municipal em Vale Figueira, pode constatar isso.

Mas este procedimento não é de agora. É importante lembrar que a Câmara Municipal e também a WEMOB que é uma empresa municipal, faz estes procedimentos de venda de veículos em fim de vida, com bastante frequência. Aliás, não é o primeiro, não é o segundo, nem será o décimo ao longo deste mandato.

Portanto, não percebo a estranheza. O concurso público é público, está publicado, claro que nós estamos numa altura de eleições e o CHEGA gosta sempre de meter assuntos na ventoinha, para o dizer assim de uma forma algo elegante.

É o que é, não há nada a esconder, podem consultar o procedimento e estamos naturalmente disponíveis para qualquer questão se tivermos tempo para responder."

5.3.6 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É curioso, quando se fala de transparência dá vontade de rir. Infelizmente, dá vontade de rir, não aquela bancada, mas às pessoas que estão ali atrás.

Em 22 de maio, apresentamos uma declaração a perguntar o estado do parque deste Município, o parque automóvel, quantos veículos estão parados, em que órgãos é que estão, em que oficinas estão, é onde estão escondidos dezenas de veículos desta Assembleia Municipal. Nada foi respondido durante sessenta e três dias. E hoje, perdão, ontem, vamos vender os veículos sem dizer nada a ninguém. É isto que é transparência, é isto vamos continuar a votar, é a isto que dia 12 de outubro vamos dizer: Chega."



6 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia (continuação).

6.6 – Entrou-se no ponto 3.6 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Projeto de Regulamento Agroparque Terras da Costa e do Mar - Aprovação do relatório de ponderação e envio da versão final do regulamento para a Assembleia Municipal”;

6.6.1 – No debate usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), Pedro Celestino Pereira (BE), João Eduardo Gerales (CDU), Beatriz Leal Ferreira (PSD), Sérgio Faria Bastos (PS), António Pedro Maco (CDS-PP) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS).

6.6.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Deputada, eu não tenho essa formação, deverá estar a confundir com a formação vocacional da Senhora Presidente, porque e felizmente, eu algo que não fiz foi teatro, não tenho essa vocação. Tenho vocação para algo que a incomoda, que claramente, é a verdade.

Estivemos representados em todas as reuniões do Grupo de Trabalho do Agroparque, criado para rever esta proposta, e o que presenciámos não foi um processo participado, transparente ou aberto.

Pelo contrário, o que se sentiu foi uma pressão constante e um ambiente hostil, para com os agricultores locais, com episódios de intimidação e desvalorização das suas preocupações legítimas.

Foi um processo marcado por um sentimento generalizado de bullying (que está na moda) institucional, dirigido a quem trabalha diretamente a terra há anos, acompanhado de uma tentativa clara de dividir as associações e os próprios caparicanos entre si.

A composição do grupo, embora formalmente plural, funcionou como um mecanismo de legitimação política do executivo, e não como um verdadeiro espaço de construção coletiva. Os contributos que contrariavam a linha previamente definida, foram sistematicamente descartados, adiados ou suavizados.

Por outro lado, a proposta foca-se exclusivamente, na gestão de arrendamentos de terrenos municipais, ignorando por completo a necessidade de um plano estratégico para toda a Costa de Caparica. Esta visão fragmentada e tecnocrática, não responde às exigências do território, nem às múltiplas pressões urbanísticas, ambientais e sociais, que ali se vivem diariamente.

O Partido CHEGA não se opõe à ideia de um Agroparque. Pelo contrário, reconhecemos a importância da agricultura local e da sua valorização e do uso sustentável da terra. Mas rejeitamos intervenções feitas sem estratégia, sem envolvimento, um verdadeiro da comunidade e sem visão integrada.

Votamos contra, porque este Regulamento não serve quem realmente trabalha a terra, os agricultores, e por não existir um plano estratégico a longo prazo para a Costa de Caparica.”

6.6.1.2 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino Pereira (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Parabéns à pequena Constança, parabéns por estar aqui já tão cedo.

Uma das coisas que eu primeiro queria garantir, é que de facto, a maioria de nós, pelo menos, quer garantir que há um melhor futuro para toda a gente e especialmente para as crianças que o dia nos vão substituir, e é nesse sentido que avaliamos sempre todas as propostas. Por isso temos participado desde sempre no processo da criação deste Regulamento.

Eu creio que a intervenção do que foi claramente um contributo para que houvesse melhor documento, mais adequado do que inicialmente, acreditando que este é o processo mais correto para se criar instrumentos de gestão pública, através de algum diálogo, pelo menos o diálogo possível, entre as populações visadas, neste caso os agricultores e agricultoras das Terras da Costa que merecem melhor consideração por estarem a tanto tempo a trabalhar e o equilíbrio com interesse geral do resto da população.



Tendo em conta os diversos estudos, as explicações e o diálogo encetado, compreendemos que as implicações daquele território e como o projeto pode ser uma resposta essencial para responder aos graves problemas ambientais que foram identificados, mas também uma grande ajuda às componentes sociais e económicas com diversos apoios de formação, equipamentos entre outros.

Relembramos ainda, que a regularização da atividade e das pessoas nelas envolvidas, é uma forma de garantir os seus direitos e inclusive, o direito de continuar lá a trabalhar, vão ser respeitados no futuro e aliás, não ficam reféns de um qualquer novo executivo ou de um qualquer governo que no futuro decida mudar coisas a seu belo prazer.

Lembrar também, que finalmente ficam com a possibilidade de recorrer a apoios do Ministério da Agricultura.

Dito isto, foram várias as propostas do Bloco de Esquerda, que estão presentes na proposta final, muitas delas a favor dos agricultores, entre elas encontram-se:

- Estudos ambientais periódicos para monitorização e fiscalização, que foi bastante reconhecido como da maior importância pelos técnicos do LNEC;
- Garantir que a Entidade Gestora se mantém sob orla municipal ou uma entidade sem fins lucrativos, impedindo a gestão privada de um espaço e equipamento público desta importância apenas para acumulação de riqueza;
- Maior estabilidade da atividade, aumentando o período do contrato de arrendamento inicial e posteriores;
- A questão do licenciamento, regularização e legalização dos poços e furos de água, em que o Município fica responsável por apoiar o processo e assumir as respetivas despesas;
- Aumentar o número de parcelas às quais é possível candidataram-se, clarificando também a questão do seu tamanho;
- Clarificação do processo e do cálculo das indemnizações na cessação de contrato;
- Maior progressividade nas penalizações e coimas, e a retirada do impedimento de candidaturas em situações judiciais;
- Acertar do mapeamento das parcelas, o apoio técnico, a relação entre agricultores e a entidade gestora, o período de transição para uma agricultura mais adequada às necessidades ambientais, os espaços e infraestruturas comuns, utilização dos poços, a transmissibilidade familiar no caso de óbito, avaliação das candidaturas e a distribuição das parcelas, os apoios mediante a regularização da situação dos agricultores e o cálculo das rendas, assim como o planeamento de estratégias de profissionalização e rentabilidade do trabalho agrícola.

Estas foram as nossas várias propostas, e várias das coisas fomos falando ao longo das múltiplas reuniões e depois na reunião de Câmara também, onde isto foi debatido pela última vez.

Possivelmente, existem ainda melhorias a fazer, mas assumiremos toda a nossa responsabilidade como órgão fiscalizador de todos os processos relativos à atividade municipal, incluindo o Regulamento do Agroparque, o cumprimento por parte da Câmara Municipal e por aí fora.

E com isso, assumimos também a responsabilidade no futuro a propor alterações e melhorias ao Regulamento que se venha a verificar a necessidade de o fazer.

São por estas razões que nós vamos votar favoravelmente o Regulamento.”

6.6.1.3 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Antes da matéria de facto, que nos traz a este microfone, a necessidade de repor a verdade dos factos, ontem enlameada e deturpada por uma infeliz intervenção da Senhora Presidente da Câmara Municipal, e deixar um apelo também, à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

Afirmar nesta Assembleia Municipal, que a CDU não carregou para este processo qualquer proposta, zero, como a Senhora Presidente afirmou repetidamente, que a CDU não contribuiu para a tentativa de alcançar um regulamento adequado, justo e equitativo ao longo de todo o percurso desta proposta, é não apenas uma profunda deselegância política (para não utilizar termos mais duros) por faltar de forma grosseira à verdade, mas sobretudo fica mal a quem ocupa o cargo de presidente de uma Câmara Municipal há quase oito anos, e ao fim deste tempo todo, ainda não conseguiu compreender, que a política se deve fazer com seriedade, com verdade e com respeito. Lamentável, mas é aquilo que temos presentemente em Almada.

O apelo que lhe fazemos, Senhora Presidente da Câmara Municipal, com toda a serenidade, é que nem que seja esta a única vez que o faça, deixe de lado a acrimónia, deixe de lado o enxovalho, deixe de lado o insulto e o desrespeito pessoal e institucional, que ontem aqui demonstrou, e tente aceitar, de uma forma construtiva, o debate das ideias e dos argumentos, com os quais pode não concordar, mas não pode não aceitar e muito menos insultar. Assuma a honra e a dignidade que o cargo que exerce lhe exige! Respeite quem como a Senhora foi eleito pelo Povo, e sobretudo respeite o Povo que a elegeu e nos elegeu a todos!

Quanto à matéria de facto: a proposta de regulamento para o futuro Agroparque no território das Terras da Costa aqui presente, nasceu torta!

E como tudo o que nasce torto, tarde ou nunca se endireita, diz o povo.

Nós, ainda quisemos acreditar que pudesse ser o “tarde” do provérbio popular a prevalecer neste caso. Infelizmente não foi, foi mesmo o “nunca”!

E este projeto nasceu torto porquê?

Nasceu torto porque o seu ponto de partida é um pressuposto que não se verifica na realidade, não existe, e foi a partir daí, desse pressuposto inexistente, que foi construído este processo, cujos fundamentos essenciais são errados, e erróneos, induzem-nos em erro.

O pressuposto que não se verifica na realidade, é o pressuposto de que aquele território está livre de pessoas e bens, como se se tratasse de uma “tábua rasa” que se pretende trabalhar a partir do zero. É o pressuposto que ignora, olímpicamente, que naquele território existem pessoas, que naquele território existem bens, que naquele território existe trabalho, e existe uma história ancestral, com muitas e muitas gerações dentro, que não devem, não podem ser simplesmente ignorados.

O que esta proposta de regulamento nos traz, são pessoas, bens e história sobre as quais se tenta passar uma esponja encharcada por cima, de modo a tentar fazer crer que não existem, que são descartáveis. Mas não são, Senhora Presidente, não são!

A CDU reconhece que, apesar de tudo, foi ensaiado um esforço no sentido de melhorar, em coletivo, o conteúdo inicial desta proposta de regulamento, com muita luta e resistência, é certo, mas foi esta a realidade, que se traduziu na constituição de um grupo de trabalho que assumiu o mandato de procurar consensualizar posições sobre diferentes temas presentes no articulado deste regulamento.

Mau grado esse esforço, e permita-nos, Senhora Presidente que o digamos, também não nasceu muito direito, sendo que a sua abstenção, Senhora Presidente, e a do partido que representa na votação para a sua constituição na Câmara Municipal, não foi, logo de início, um bom pronúncio para o êxito do trabalho deste grupo –, mas dizia eu que, mau grado esse esforço, é hoje inequívoco que o texto final que nos é presente, não inclui as respostas necessárias a questões substanciais e essenciais, que a CDU considera determinantes tanto para a defesa dos interesses, legítimos, de quem há várias gerações assegura a atividade produtiva dos terrenos das Terras da Costa, como para a defesa do interesse público e municipal, de igual modo indiscutivelmente legítimo.



Não, Senhora Presidente da Câmara Municipal, a necessária regularização da situação contratual da exploração dos terrenos agrícolas das Terras da Costa pelos agricultores que lá se encontram fixados há muitas décadas, em alguns casos há séculos, não pode ser um fim que justifica todos e quaisquer meios para se alcançar. É necessário respeitar a herança humana e patrimonial que existe naquele território, um respeito que esta proposta de regulamento não traduz em questões que consideramos essenciais!

Um regulamento que é feito sem as pessoas, mas pior do que isso, que é feito contra as pessoas, não pode ser um bom regulamento!

Por isso, a CDU votará contra esta proposta de regulamento, defendendo que, em alternativa, se dê início a um processo efetivamente participado e construído com as pessoas diretamente envolvidas nesta questão, que possa permitir-nos a aprovação de um regulamento eficaz, mas sobretudo justo e equitativo na regularização da situação de quem há longo tempo cria riqueza trabalhando a terra das Terras da Costa."

6.6.1.4 – A Senhora Deputada Municipal Beatriz Leal Ferreira (PSD):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O projeto de Regulamento do Agroparque Terras da Costa e do Mar, é um tema de extrema importância, não é só de extrema importância para a comunidade agrícola da Costa da Caparica, fortemente representada hoje, mas para todos nós. Pela preservação da paisagem, de práticas sustentáveis de agricultura, mas também pela necessidade de mantermos a nossa identidade, a nossa história, a nossa relação com a terra.

Eu quero deixar claro desde já, que o PSD não é contra o conceito do Agroparque, muito pelo contrário, nós acompanhamos e apoiamos a ideia de valorizar a atividade agrícola na Costa da Caparica e fomos inclusive, impulsionadores do projeto quando o pelouro do ambiente estava sob a responsabilidade do PSD com o Vereador Nuno Matias. Ganhar escala, obter fundos europeus, criar uma marca, é fundamental para sobreviver neste mundo competitivo. O MARL – Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, não é escape justo para a produção destes agricultores, a venda porta a porta não é solução, é preciso unir esforços para pôr as Terras da Costa no mapa.

Só que, o Regulamento que hoje nos é apresentado contem falhas, são falhas significativas que nos impedem de apoiar o Regulamento como está hoje. As propostas dos agricultores que conhecem esta terra como ninguém, não foram devidamente tidas em consideração. Ouvir e escutar, são coisas diferentes e os agricultores não foram devidamente escutados.

A Senhora Presidente disse que não sabe como é que os agricultores vão ser prejudicados e eu dou três exemplos muito concretos:

Em primeiro lugar, o facto de não haver relação entre o número de parcelas atualmente cultivadas e o número de parcelas a serem atribuídas aos agricultores, o que podem resultar em que muitos deles fiquem com menos terreno para cultivar do que já têm atualmente.

Quando falei no início de identidade, identidade é isto: é estas pessoas fazem ali a sua vida há gerações e o Agroparque enquanto projeto tem de aceitar que o presente destas pessoas é também a história, o seu passado e a história das suas famílias.

Para o PSD isto é ponto assente.

Em segundo lugar, há falta de transparência nos custos para os agricultores e isso para o PSD também é incontornável. Como é que se espera que os nossos agricultores planifiquem o seu futuro se não sabem com o que é que podem contar? Como? Quando um valor base das parcelas e a forma de atualização deste valor têm de estar incluídos no Regulamento.

Terceiro, este Regulamento tem um controlo excessivo por parte da Câmara Municipal. Impõem-se novos custos, exigem-se autorizações para tudo e para nada, sem que haja em contrapartida um aumento das garantias para os agricultores. Eu falo da ausência da participação efetiva, das associações na gestão do Agroparque, da necessidade de as associações estarem formalmente representadas nos órgãos da futura



entidade gestora e de garantir a participação ativa daqueles que de facto, fazem a Costa existir. E falo também, de dar garantias através do preço que seja justo, que seja adequado e que isso seja refletido no Regulamento, para que não haja margem para incertezas.

A tabela dos valores pode existir à parte, mas para incertezas já basta a chuva, já basta a seca e acho que definir um valor mínimo, um valor base, era uma garantia que se dava a estas famílias.

Sobre a criação do grupo de trabalho Senhora Presidente, eu cheguei mesmo a ter a esperança nesta decisão e o PSD continua a acreditar que foi positivo que se tenha avançado com estes momentos de trabalho. A senhora Presidente já referiu ontem, que eu não estive presente em todas as reuniões, por motivos profissionais não tive essa oportunidade, mas eu senti que todos achavam que tinham ali um espaço onde se iam reunir, os técnicos, os atores políticos, os agricultores, e de facto, esse debate existiu, as propostas dos agricultores existiram, o que não existiu foram os consensos.

A Senhora Presidente disse ontem várias vezes, que as sugestões foram acolhidas, só que a verdade é que a grande maioria do relatório resulta das propostas da própria Câmara Municipal e os verdadeiros afetados na verdade são os agricultores.

Pronto, está feito, o relatório é da Câmara Municipal, ponto final. Só que depois, a Câmara Municipal não pode querer que as pessoas compreendam, que as pessoas aceitem e que as pessoas não se sintam revoltadas.

Por todas estas razões o Grupo Municipal do PSD vai votar contra este Regulamento.

Apelamos, a que se construa um Agroparque que seja verdadeiramente inclusivo, que seja transparente e que sirva os interesses dos agricultores e da nossa comunidade.

Eu sei que a Senhora Presidente acha que estão todos contra si, que isto é tudo uma cabala, mas estas pessoas não estão aqui por si, Senhora Presidente, estas pessoas estão aqui hoje, estiveram ontem, por elas, pelos seus pais, pelos seus avós, pelos seus filhos, pelos seus projetos de vida e acho que acima de tudo, pela Costa da Caparica."

6.6.1.5 – O Senhor Deputado Municipal Sérgio Faria Bastos (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Gostava de dizer duas ou três palavras sobre o que está aqui hoje em debate.

Como é óbvio, o Partido Socialista vai votar a favor da proposta de regulamento que está aqui hoje em discussão.

Queria recordar que este Regulamento já tinha vindo à Assembleia Municipal, e que como houve várias questões que foram levantadas pelas associações dos agricultores e por várias forças políticas, essa proposta desceu à 3.ª Comissão, foi constituído um grupo de trabalho para abordar a questão do Regulamento e agora está aqui a voltar. Portanto, não se pode acusar o executivo do Partido Socialista não ter ouvido ninguém porque ele recuou, ouviu e agora traz aqui uma nova proposta.

Os consensos sabemos que são difíceis de encontrar. Mas, eu recorro que isto é um projeto que tem um impacto em todo o Concelho, que vai permitir valorizar os produtos agrícolas e também os da pesca, que não são aqui hoje falados mas que também são relevantes, vai permitir também instituir melhores práticas agrícolas e mais sustentáveis, num território que já apresenta algumas debilidades, isso foi apresentado quando foi falada a questão do Regulamento nomeadamente, a questão da contaminação das águas subterrâneas e a questão da cunha de intrusão salina.

Vai dar também formação e maior qualificação aos agricultores, vai potenciar novos negócios em áreas de trabalho e vai queremos nós acreditar, promover uma maior qualidade de vida para as populações locais e uma agricultura mais sustentável.

E por fim, julgamos também que irá potenciar aquilo que é a imagem da Costa da Caparica na Península de Setúbal, na própria área Metropolitana de Lisboa.



Este Regulamento foi um processo participado, foi elogiado nas próprias reuniões por várias forças políticas, algumas das quais quando estiveram nas reuniões do Grupo de trabalho nunca disseram nada, e agora vêm aqui dizer aquilo que deviam ter dito nessas próprias reuniões.”

6.6.1.6 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta discussão já vai longa e com certeza não ficará por aqui.

Eu quero desde já deixar um ponto de interesse que foi aquilo que me moveu e moveu o CDS-PP relativamente a este processo.

O CDS-PP não está de todo contra o projeto do Agroparque. O que está contra é a Senhora Presidente da Câmara deixar de fora os agricultores da forma como está a deixar. E está a deixar Senhora Presidente.

Portanto, Senhora Presidente, eu venho aqui solicitar e apelar mais uma vez, de forma calma, que a Senhora Presidente possa ter um rasgo de humildade e retirar a proposta. A Senhora Presidente, direta ou indiretamente, vai perder esta luta. A Senhora Presidente ainda não percebeu com quem está a falar, ali atrás. A Senhora Presidente não conhece o território, não conhece a Costa da Caparica, não conhece as raízes da Costa da Caparica não e conhece estas pessoas.

Senhora Presidente, retire a proposta, fica-lhe bem, fica bem na fotografia. Não vai correr bem para frente com esta teimosia de ir contra os verdadeiros interesses dos agricultores.

Portanto, Senhora Presidente, acho que não lhe ficará mal, antes pelo contrário, retirar a proposta, reunir novamente com as pessoas, ouvir as pessoas, nós sabemos que é o seu grande projeto para a Costa da Caparica, é o seu grande projeto para Almada nestes quatro anos porque de resto tem pouco ou nada para apresentar.

Não estamos contra o projeto, mais uma vez afirmo, mas faço-o em consonância com os agricultores.

Senhora Presidente, peço-lhe aqui que possa humildemente retirar a proposta e sair por cima só lhe dignifica.”

6.6.1.7 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu acho também que já muito foi dito e eu não me quero repetir relativamente às questões do Agroparque e, portanto, vou responder diretamente.

Relativamente ao Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes, aliás, ao Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes, ao Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco, que realmente não participou nas reuniões de trabalho, mas também surpreendentemente, aos Senhores Deputados Municipais da CDU, eu só tenho uma coisa a dizer: a caça ao voto a quando obrigas. Porque ao contrário do que diz o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco, não percebi porque é que ele acha que tem a chancela sobre o povo da Caparica, eu conheço o povo da Caparica, e o povo da Costa da Caparica, tem uma característica, é frontal e diz o que pensa. E, portanto, sim, não tenho dúvidas sobre isso, já os conheço há oito anos e sei muito bem. E uma coisa parece-me evidente, que é, o conceito de acabar ou de dar é, se não quer perder votos, retire. Só que, eu aqui sigo os bons exemplos do povo da Costa da Caparica. E se eu apresento e mantenho esta proposta, é porque o faço por convicção e porque posso garantir que é com esta profunda convicção que isto é benéfico para os agricultores. E a prova que é benéfico para os agricultores, é que destas intervenções todas, só o PSD é que levantou umas questões sobre o Agroparque. Porque nem o CHEGA, nem o CDS, nem a CDU, falar sobre a substância do Agroparque, zero.

O Senhor Deputado Municipal João Geraudes, que deve ter sido um eclesiástico noutra vida, acha que pode dar bênçãos e fazer aqui avaliações.



Mas, Senhor Deputado Municipal João Galdes, há uma coisa que eu lhe digo, no relatório a acompanhar a proposta, está o relatório dos contributos da consulta pública, todos. Portanto, eu convido toda a gente a ler o relatório e se alguém encontrar uma proposta de alteração da CDU no seio da consulta pública, eu retiro.

Agora, o que eu acho estranho, é que o Senhor Deputado Municipal João Galdes, diz e bem, ao longo de todo o percurso, o que vem provar quer sim. Isto é um processo longo, participativo e eu própria reconheci aqui a presença em todas as sessões de trabalho, de forma participada o Senhor Vereador António Matos.

Mas, o que nós estávamos a trabalhar, era a proposta que ia para consulta pública. Foi isso que nos pediram para fazer, foi isso que nós fizemos. Fechar uma proposta para ir para consulta pública. E depois da consulta pública, ainda houve contributos. Se já na altura a CDU achava que isto não respondia aos desejos dos agricultores, podia ter feito propostas de alteração, no seio da consulta pública como fez o PSD e como fez o Bloco de Esquerda E aí não me volte a chamar de mentirosa. Não me volte a fazer aqueles sermões que os Senhores têm muito jeito. Prove, diga-me, onde é que está o contributo da CDU durante a consulta pública. Volto a dizer, zero. Zero Senhor Deputado Municipal.

Mas há aqui uma coisa, sabe qual é que foi a nossa maior dificuldade? E isto já foi dito aqui, é a desconfiança dos agricultores na palavra da Câmara Municipal. E sabe Porquê? Não é por nós. Vou vos dizer, foi aqui dito, porque não fomos nós que mandamos a GNR bater em agricultores, não fomos nós. É ou não é verdade? Fomos nós? Não! foi a CDU. Não fomos nós que negociamos a Costa Polis como ainda hoje foi dito, fomos nós? Não! não fomos nós. Certo? Há, foi o Governo. Eu sei que a CDU gosta sempre de se refugiar naquela posição de patinho feio, nós eramos uma grande Câmara, mas não decidíamos nada. Pois, é mentira. É mentira. E se a Câmara quer continuar a dirigir ou quer voltar a dirigir a Câmara Municipal de Almada, é bom que um dia diga aos almadenses, se vai ou não vai assumir as suas responsabilidades como Município.

Agora, há uma coisa que não podem negar, perguntem, aliás, não está cá o Senhor Américo. Quem é que mandou a GNR? Quem é que mandou a GNR? Fomos nós? Foi a Câmara? Fui eu? Foi qualquer um? Eu sei que o passado incomoda.

Dito isto e para terminar, quero dar nota, a questão do número de parcelas dos atuais agricultores, respondendo ao PSD. As parcelas foram desenhadas em função das parcelas existentes.

Os números de parcelas disponíveis foram aumentados em concertação para poder abranger todas as parcelas existentes neste momento por agricultores.

Portanto, a primeira questão que o PSD coloca, não se verifica no Regulamento.

A questão dos custos, está explicada também no Relatório. Houve um estudo económico financeiro com base naquilo que é a Lei de Bases da Agricultura e com base nos preços praticados pelo ICNF e o Ministério da Agricultura. E o que foi apontado aos agricultores até é um preço abaixo e o que ficou claro desde a primeira hora, é que a questão do preço seria vista à posteriori com o ICNF, em função das tabelas existentes seja do Ministério da Agricultura, seja do ICNF, este estudo económico financeiro fez o levantamento e a indicação do estudo é justamente o preço ficar abaixo daquilo que está previsto por Lei.

De qualquer maneira agradeço a participação a todos, eu sei que agora não podem falar, reitero, estou totalmente disponível para ir falar convosco, reunir convosco, voltar a falar convosco e espero mesmo que estejam lá todos os agricultores."

6.6.2 – Para Defesa da Honra nos termos do n.º 1, do artigo 55.º, do Regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra o Senhor Deputado Municipal João Eduardo Galdes (CDU).

6.6.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Galdes (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Há coisas que não podem ser ditas nem por uma Presidente de Câmara Municipal.

Há coisas que não podem ser ditas por ninguém e que vão ter que ser provadas.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

A CDU, nunca mandou ninguém bater em ninguém, muito menos uma força de segurança. Nunca a CDU mandou bater em ninguém. Não é essa forma de estar da CDU, nunca foi essa a forma de estar da CDU.

A Senhora Presidente de Câmara tem que assumir a sua responsabilidade.

Eu fiz-lhe aqui um apelo, mas a Senhora Presidente é incapaz no mínimo de urbanidade, a Senhora é incapaz no mínimo de decoro, a Senhora não pode fazer as afirmações que aqui fez. E faço-lhe uma pergunta Senhora Presidente, a Senhora Presidente que é Presidente de Câmara Municipal há oito anos, julga que tem competência para mandar a GNR bater em alguém? É capaz de dizer aqui a todos nós, que tem competência para mandar a GNR bater em alguém?

Retire aquilo que disse Senhora Presidente, retrate-se, porque aquilo que disse é um insulto e vai ter que o comprovar."

6.6.3 – Resposta à Defesa da Honra nos termos do n.º 2, do artigo 55.º, do Regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS).

6.6.3.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu apenas aconselho a CDU a ouvir o Senhor Américo.

E como sabe, a Câmara Municipal tentou justamente desalojar agricultores não lhes dando nada em troca.

E quando faz uma operação de desalojamento, pode requerer a presença das forças de segurança. Eu lamento, a única coisa que eu apelo à CDU, e se for falso, fale então com o Senhor que ainda hoje, diz ter ficado com os braços queimados e feridos, devido à intervenção a pedido da Câmara Municipal. É que neste momento só há duas hipóteses, ou é a CDU, ou é o Senhor Américo que está a faltar à verdade."

6.6.4 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Galdes (CDU), apresentou oralmente um requerimento solicitando o Extrato da Ata relativo ao ponto 3.6 da presente da ordem de trabalhos, nos termos da alínea e) n.º 1, do artigo n.º 14, do Regimento da Assembleia Municipal.

6.6.4.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Galdes (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, é para apresentar um requerimento, no sentido de extrair uma certidão desta parte da Ata, desta intervenção da Senhora Presidente de Câmara Municipal."

6.6.5 – Na continuação do debate do ponto 3.6 da ordem de trabalhos usaram da palavra o Senhor Deputado Municipal João Eduardo Galdes (CDU) e a Senhora Deputada Municipal Beatriz Leal Ferreira (PSD).

6.6.5.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Galdes (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Pedi a palavra mais uma vez, para clarificar afirmações erróneas da Senhora Presidente da Câmara Municipal a propósito desta matéria.

Em primeiro lugar dizer que, a CDU apresentou propostas concretas, objetivas, em todo este processo, ao longo das reuniões de Câmara onde este processo foi discutido, nas reuniões de trabalho do grupo de trabalho, a Senhora Presidente disse-o há pouco apontando o Senhor Vereador António Matos, o Senhor Vereador António Matos interveio nessas reuniões em nome da CDU. Portanto, a CDU apresentou propostas concretas. Parte dessas propostas concretas foram integradas, uma outra parte não foram. E a parte que não foi, é a parte mais substancial daquilo que a CDU propunha.

A CDU não tinha que apresentar novas propostas, as propostas que tinha não foram aceites, não ia apresentá-las novamente, porque não é hipócrita. E, portanto, não ia apresentar novamente na consulta pública. Agora, não se pode dizer que a CDU não apresentou propostas, é falso. A Senhora Presidente pode partilha-las. Mas se



houvesse falta de razão relativamente à posição que a CDU aqui assumiu, relativamente a este processo, a discussão foi aqui travada ontem. A discussão que está a ser aqui travada hoje e a discussão que já foi travada outras vezes na Assembleia Municipal, seria suficiente, para qualquer posição séria relativamente a esta matéria, retroceder e retomar o processo de uma forma como ele devia ter sido conduzido desde o início. Em diálogo com as pessoas. Mas a teimosia da Senhora Presidente vai obrigar-nos a votar esta proposta.”

6.6.5.2 – A Senhora Deputada Municipal Beatriz Leal Ferreira (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Senhora Presidente de Câmara Municipal hoje está em alta, como se costuma dizer, porque a desrespeitar Deputados Municipais, é o nosso dia a dia, nós já estamos habituados a sermos subestimados nesta casa, é aparentemente um passatempo que tem sem saber. Mas hoje expandiu toda essa sua simpatia para os munícipes que abdicaram da sua noite para vir aqui participar na casa da democracia e isso é de lamentar.

O PSD não veio aqui falar de umas coisinhas sobre o Agroparque. O PSD trabalhou ativamente sobre esta matéria, nós analisamos o Regulamento em detalhe, apresentamos propostas em diferentes fases do processo e fizemos propostas concretas para tentar melhorar o Regulamento.

A própria Senhora Presidente afirmou em reunião de Câmara, que não aceitava algumas das nossas propostas, que havia discordância política, que era legítimo, que era da democracia, e pronto, se o PSD votasse contra, azar. Coube ao PSD ir para o terreno, ouvir as pessoas, apresentar soluções, discordamos quando o documento apresentado não serve os interesses da população, e pronto, é a base da democracia.

Eu repito que, o PSD concordou com a criação do grupo de trabalho, e achamos que foi feito um esforço sobre o Agroparque, mas desse debate não surgiu entendimento com os agricultores da Costa da Caparica e isso é responsabilidade do executivo e não do PSD. A reunir com os agricultores, a apresentar-lhes PowerPoint, é diferente de considerar válida a sua experiência de vida, o seu conhecimento no terreno, e nisso a Câmara Municipal falhou.”

6.6.6 – Para Defesa da Honra nos termos do n.º 1, do artigo 55.º, do Regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS).

6.6.6.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Deputada Municipal, independentemente das reações eu quero ser clara.

Não, eu não expandi nenhuma humilhação aos munícipes, nem aos agricultores.

Agora, o que eu acho é que os Senhores Deputados Municipais e as forças políticas, engrandeceriam de facto, a democracia, se tivessem um mínimo de coerência e de rigor no seu trabalho, que é algo que falta um bocadinho nesta Assembleia Municipal e, portanto, de facto, com a mesma frontalidade e sobretudo à oposição.”

6.6.2 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 21 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 16 votos contra sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 do eleito do CDS-PP, (encontrando-se fora da sala a Senhora Deputada Municipal Sónia Pires Silva (CDU), através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprova o Projeto de Regulamento Agroparque Terras da Costa e do Mar - Aprovação



do relatório de ponderação e envio da versão final do regulamento para a Assembleia Municipal, nos precisos termos da deliberação camarária de 21 de julho de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-265-DIACS.

6.7 – Entrou-se no ponto 3.7 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “8/EOP/2025 - “CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE RECOLHA OFICIAL E BEM ESTAR ANIMAL E REQUALIFICAÇÃO DA QUINTA DA ALEMBRANÇA, FEIJÓ” – Aprovação da decisão de contratar, autorização e program. despesa, escolha e peças do proc., Júri, Gestores do Contrato e CSS”;

6.7.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS);

6.7.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta proposta que vem aqui, vem unicamente para aprovação dos encargos plurianuais, pela razão que já todos sabem, pelo chumbo do Orçamento.

Dito isto, relembro a questão dos encargos totais por ano. Esta proposta prevê no ano de 2025, 288.042.79€ (duzentos e oitenta e oito mil quarenta e dois euros e setenta e nove cêntimos), no ano de 2026, 3.456.503.57€ (três milhões quatrocentos e cinquenta e seis mil quinhentos e três euros e cinquenta e sete cêntimos), e no ano de 2027, 1.440.213.99€ (um milhão quatrocentos e quarenta mil duzentos e treze euros e noventa e nove cêntimos).

Penso que todos os Senhores Deputados Municipais já conhecem o projeto do CRO, no outro dia fizemos também uma apresentação a todas as associações de animais, cães e gatos, todas aquelas que aceitaram. Convidamos todas as forças políticas a estarem presentes.

Portanto, o que colocamos à vossa consideração são os encargos plurianuais.”

6.7.2 – No debate usaram da palavra as Senhoras Deputadas Municipais Margarida Ramires Paulos (PAN), Maria Rita Magalhães (CDU), o Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS).

6.7.2.1 – A Senhora Deputada Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sobre este projeto, foi uma espera longa e é difícil de compreender porque demorou tanto. Mas é mais importante como termina do que como começa e por isso é com esperança que olhamos para o futuro.

Este é um projeto de grande relevância para a Cidade e não só pelos animais que vai poder ajudar, mas também para todos que gostam de animais, que vão poder ter um local que prestará cuidados veterinários e que acolherá animais em risco sem estarem em constante sobrelotação, que dará uma resposta a animais de quinta em risco e animais silvestres.

E até para quem não gosta de animais este projeto é importante. Porque ninguém quer ver animais a definharem na rua porque não há um espaço que os acolha. Este projeto dignifica Almada, constrói a base para que outros problemas há muito identificados possam começar a serem resolvidos.

Até há pouco tempo o Canil Municipal era uma vergonha, e digo-o sem vergonha.

Em 2021 foram feitas sete adoções, durante todo o ano apenas sete animais foram adotados, se não fosse triste parecia uma piada. Como é que um serviço conseguiu funcionar tão mal. Os animais entravam, aqueles que entravam, e não saíam, raramente eram soltos, não havia qualquer divulgação e nem interesse em dinamizar o espaço.

Nos últimos quatro anos começamos a ver uma mudança positiva com a abertura do canil aos voluntários, com um parque para soltar os animais, com a ida ao Parque da Paz do Almada Green Market, com campanhas de adoção que culminam agora com o lançamento deste projeto.



Gostava, no entanto, salientar que este projeto deve ser visto como um início e não como o fim ou como uma solução mágica para todos os problemas relacionados com os animais.

É a gestão e a existência de uma estratégia que podem fazer a diferença. Não é a capacidade de lotação do espaço que importa, mas sim a forma como é gerido. Concordamos que o Centro não deva ter espaço para quinhentos, mil animais, porque o objetivo é que os animais permaneçam o menos possível atrás das grades e isso só pode ser conseguido com esta integração no novo Parque Urbano, com a divulgação ativa dos animais e sobretudo com a integração dos animais na vida na Cidade. Nenhum animal deve viver e morrer no canil como acontece com tantos e tantos.

A quem considere que este projeto é demasiado caro, para quê investir tanto dinheiro num local digno para animais, e na requalificação do espaço público para usufruto das pessoas? Há quem considera que qualquer espaço com grades que se assemelha a uma prisão é suficiente para animais. Há quem considera que investir nos animais, nos seus cuidadores, no ambiente é um desperdício de dinheiro. Mas o mundo está a mudar e são cada vez mais as pessoas que protegem os animais e o ambiente e que valorizam projetos como este, que dignifica Almada.

Que este projeto seja o início de um novo rumo da forma como tratamos os animais em Almada. Que abra portas a mais apoios às cuidadoras, aos munícipes carenciados com animais, e às associações e grupos informais que continuam a precisar de mais apoio e de um local onde possam continuar a ajudar o Município a cuidar dos animais da Cidade.

Gostaria que este final de mandato fosse para a inauguração deste espaço, e não apenas para o lançamento do concurso. Mas, infelizmente tal não aconteceu, fico agora à espera do convite para a sua inauguração, mesmo já não estando nesta casa, depois de tanta insistência acho que mereço.”

6.7.2.2 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Permita-me Senhor Presidente, que recue 24H00 e que me debruce primeiro sobre a intervenção que a Senhora Presidente da Câmara Municipal fez no início do Período da Ordem do Dia, e cito: “Hoje estamos a discutir propostas bloqueadas, à espera que houvesse uma Assembleia Municipal. Quase todos se juntaram com o intuito que o executivo do PS não fizesse nada”. Diz a oposição: “Agora estão a fazer obra porque estamos a um ano de eleições”. Diz a Senhora Presidente: “Se o Orçamento não tivesse sido chumbado estas obras poderiam ter começado em janeiro de 2025”.

Primeiro, janeiro de 2025, já é ano de eleições, portanto, se o Orçamento não tivesse sido chumbado, seriam feitas sempre em ano de eleições.

Segundo, como diz o povo, não deixes para amanhã o que podes fazer hoje. Isto quer dizer, Senhora Presidente, que se todas estas obras tivessem sido feitas ao longo de quatro anos, o Orçamento não teria qualquer impacto em a Senhora não ter feito as obras. A questão é que não fez as obras ou porque não houve capacidade, ou porque não houve organização, ou sabe-se lá porquê.

Portanto, nós cremos, que não vale tudo, que esta Assembleia Municipal não merece que a Senhora Presidente reiteradamente, venha aqui evocar que, porque o Orçamento não foi aprovado, nós não fizemos a obra. Portanto, pergunto eu, quem é que está a fazer campanha eleitoral?

E agora, vamos ao que me traz aqui.

A Câmara Municipal vem aqui propor-nos que aprovemos a distribuição plurianual dos encargos relativos à construção do novo Centro de Recolha Oficial e Bem-estar Animal do Concelho de Almada (CRO).

A CDU entende que, para além desta matéria de natureza administrativa, importa avaliar e refletir sobre outros aspetos desta proposta.



A Câmara Municipal pretende investir neste novo CRO perto 5.200.000.00€ (cinco milhões e duzentos mil euros). Cinco milhões e duzentos mil euros! Será, perdoe-se a expressão, uma obra verdadeiramente digna do Egito, uma obra verdadeiramente “faraónica”!

Se compararmos este custo com o custo (estimado) dos dois centros de saúde previstos para a Costa da Caparica e para o Feijó, concluímos sem dificuldade que um só CRO chegaria para construir os dois centros de saúde. Entendemos que a obrigação e o dever de cuidar de animais deve ter em consideração as responsabilidades deste município. Não deve optar por propostas de luxo quando necessitamos de obras de fundo e que ficaram para trás – requalificação do parque habitacional do município, melhoria do espaço público, investimento urgente na rede de água e esgotos, etc.

Mas esta não é a única questão que esta proposta nos suscita. Diz-se na própria informação que fundamenta a proposta, que são obrigatórios vários pareceres de outros organismos oficiais sobre este equipamento: do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), que detinha essa competência à data em que este processo foi iniciado, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada (SMAS) e da ADENE – Agência para a Energia. Procurámos estes pareceres, mas eles não constam da documentação distribuída. Infelizmente, não é a primeira vez que documentos relevantes para uma apreciação correta das questões em apreço não fazem parte do processo. Consideramos que esta ausência de informação aos eleitos municipais, não ajuda à decisão que somos chamados a tomar e, por outro lado, fica a dever muito à transparência.

Mas também a própria conceção deste equipamento nos suscita dúvidas. Não sendo especialistas na matéria, fomos informar-nos sobre para que serve um CRO. E descobrimos: serve para assegurar a vigilância sanitária e a prevenção de doenças várias em animais de companhia.

Ora, o que resulta da leitura do projeto que aqui nos é presente, é que a Câmara Municipal de Almada pretende ir muito além disso. Pretende transformar o CRO num abrigo para cães e gatos (um abrigo de luxo, diga-se de passagem), que sirva simultaneamente para o controlo sanitário e das doenças dos animais a que o município está obrigado por lei, e como “montra” de animais para eventual adoção, função própria das associações de proteção animal, que não a Câmara Municipal. Não pensa, Senhora Presidente, que juntar estas duas funções pode representar um risco grande para a segurança dos próprios animais, e mesmo para a saúde pública?

E a propósito das associações de proteção de animais, que a Senhora Presidente diz apoiar no âmbito deste projeto, perguntamos se não considera “poucochinho” oferecer-lhes o projeto e o espaço? Sabe, Senhora Presidente, o compromisso de apoiar as associações de proteção de animais na construção das suas instalações, vem de longe. Vem do tempo da CDU, prosseguiu no tempo em que a Vereadora Francisca Parreira assumiu responsabilidades por este pelouro, manteve-se também quando foi o Vereador Nuno Matias a assumir estas responsabilidades, e é agora completamente abandonado quando o processo cai nas suas mãos, como, aliás, as próprias associações não deixaram de relevar durante a sessão de apresentação pública deste projeto.

Esta proposta suscita-nos ainda múltiplas outras críticas e dúvidas. Mas o tempo é escasso, e as que apontamos são suficientes para justificar o voto contra a proposta que a CDU irá assumir.”

6.7.2.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães, parece-me uma coisa evidente, este projeto ainda tem que ir a Tribunal de Contas, portanto, todo o tempo é escasso.

Mas, nós não temos problemas nenhuns em explicar porque é que só viria no início de 2025. Posso lhe dizer que houve um primeiro arquiteto contratado que não entregou as peças e fez um projeto no Seixal, acho que o meu colega do Seixal não estaria de acordo. Tivemos que acabar com esse procedimento e lançar um novo. Felizmente, fomos alargando o projeto e repensando o projeto.

Para já, acho bastante deslegante esta formulação de que não estamos a pagar centros de saúde para pagar para os animais. E deixe-me que lhe diga, a maior despesa que nós estamos a fazer, é mesmo para os trabalhadores do nosso serviço de Bem-Estar Animal. Porque se há coisa e eu já o disse várias vezes, se há coisa



que as anteriores administrações da Câmara Municipal de Almada, deviam envergonhar-se, era das condições em que trabalhavam especificamente estes trabalhadores. E aí sim, quando vimos o que vimos quando chegamos, posso lhe dizer que os cães tinham um tratamento de luxo coisa que os trabalhadores não tinham. Portanto, eu só espero mesmo é que o concurso corra bem, porque talvez convenha perceber o que é que está no concurso.

Está no concurso a construção integral de um novo serviço de Bem-Estar Animal, onde temos toda a parte médica veterinária e a parte dos serviços, está em causa toda a infraestruturação daquele parque, uma infraestruturação que pode servir às nossas instalações, mas que também vai servir às associações que concorreram, está em causa, aí sim também, toda a parte de reserva dos cães, toda a parte da reserva dos gatos e até toda uma parte de reserva de animais assilvestrados que aparecem. Eu espero que o concurso corra bem. Agora, estar a dizer que isto é um encargo excessivo porque é um hotel de luxo para cães, Senhora Deputada Municipal, sabe que eu tenho demasiado respeito por si, sequer para comentar essa afirmação.

Agora, o mais espantoso ainda é que eu não sabia, por acaso já suspeitava como disse a Senhora Deputada Municipal do PAN, que a CDU considera que o Município não tem competência em adoções. Pois nós achamos que tem, talvez isso explique o número baixíssimo de adoções que existia no Concelho de Almada."

6.7.2.4 – O Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para complementar e começando pela parte das associações.

A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães, fez questão de ver o copo meio vazio, eu vejo-o meio cheio. Porque a Senhora Deputada Municipal diz bem, agora é que as associações ficaram sem nada. É exatamente o inverso.

Pela primeira vez, se está a fazer caminho com as associações e o Município além de ter agora terreno que está na disposição de ceder a essas associações, que cederá também o projeto a essas associações, infraestruturará agora o terreno para essas associações, ficando a faltar a dimensão do edifício. Portanto, se alguma vez foi construído caminho, em vez de ser construída meramente retórica, foi agora. Eu até diria como já disse na reunião de Câmara, que agora pelo menos dois terços do caminho é percorrido. Pela primeira vez, as associações sabem que dois terços do caminho, que terão um terreno, que terão um projeto já feito, e que terão esse terreno infraestruturado. E aquilo que dizemos, é que a primeira fase desta grande obra, a primeira fase são os ter edifícios que compõem o Centro de Recolha Oficial de Bem-estar Animal. E mais, eu percebo que a oposição sobre esta matéria tinha duas opções, ou valorizava como devia fazer esta grande obra necessária para o Município e que acho que é muito consensual ou deveria ser muito consensual, ou tentaria ataca-la. Ataca-a dizendo que ela é supérflua, ela é adequada. Nós estamos a criar um parque urbano, numa zona esquecida do Concelho, onde lá dentro estará inserido um centro de bem-estar animal. Entre outras dimensões.

Portanto, é disto que estamos a falar, não é de outra coisa. Agora, não comparemos o que é incomparável. Não comparemos um centro de recolha apenas com outro centro de recolha noutra ponta do país, porque aquilo que estamos a criar em primeiro lugar, é um parque urbano com todas as dimensões de fruição que um parque urbano tem, e lá dentro inserido o centro de recolha e lá dentro inserido também o espaço futuro também para as associações. Nós aquilo que temos estado a falar com as associações, fizemos dimensões de consulta pública sobre este projeto, de apresentação, temos estado em permanente contacto com todas as associações e com toda a comunidade.

Relativamente aos pareceres, os pareceres estão todos, eu não sei se a documentação foi distribuída. Aliás, houve outro partido que colocou precisamente a mesma questão na reunião de Câmara e que concluiu que todos os pareceres lá estavam, numa pasta, estamos a falar do ICNF, de todas as entidades. Mais, questionamos até a DGAV sobre a necessidade de emissão de parecer que nos disse por escrito que não, que remetia para o parecer já dado pelo ICNF. Portanto, se alguma dúvida tenham em concreto, digam-nos qual é o parecer que falta em concreto que não está, estão todos os pareceres na documentação, está tudo devidamente instruído e aquilo que eu posso dizer é o seguinte: nesta obra do Centro de Bem-Estar Animal, aquilo que esperamos é que



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

[Handwritten signatures]

não só dê mais e melhores condições aos animais, não estamos só a falar só dos animais de companhia, estamos a falar também de animais no geral, assilvestrados, estamos a falar de melhores, incomparáveis condições para os trabalhadores desta área, estamos a falar de melhores incomparáveis condições para todos os munícipes que visitam, que querem adotar, para todos os voluntários que também visitarão o Centro de Bem-Estar Animal, portanto, eu digo-vos, esta é daquelas obras que deveria merecer um consenso, eu acho que só não merece um consenso por estarmos a meia dúzia de meses das eleições e, portanto, é uma pena que assim não seja, mas estamos muito contentes que seja pela nossa mão que o Município terá um Centro de Bem-estar Animal.”

6.7.2.5 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Vereador, ninguém disse, nós não dissemos que era uma obra supérflua, nós não dissemos que não era uma obra necessária. Não dissemos nada disso. O que colocamos foi dúvidas sobre a obra. E mais, eu estive na apresentação pública com as associações e muitas delas puseram dúvidas e foi nessa base que eu também coloquei dúvidas, porque eu não sou especialista na matéria como eu o afirmei.

Depois, se dá melhores condições aos trabalhadores, ótimo. Se no nosso tempo as condições não eram tão boas, alguma razão deverá ter existido. Mas, não estou de acordo que não houvessem condições para os trabalhadores, (Senhora Presidente, não vale a pena rir-se, porque acho que isso não é uma forma de a Senhora Presidente estar numa Assembleia Municipal. Senhora Presidente não lhe fica bem, desculpe, não lhe fica bem ter essa reação, de todos os Vereadores presentes, a Senhora é que tem de facto, a posição mais inconsequente da posição que a Senhora tem aqui nesta casa. Portanto, eu acho que nós todos temos de nos habituar, a ouvir as críticas justas ou injustas, estejamos de acordo com elas ou não, isso é outra questão. Mas tem que nos respeitar).

Portanto, só para clarificar que nós estamos de acordo que era necessário fazer uma obra, não estamos de acordo é com estas concretamente.”

6.7.2.6 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães, com todo o respeito que lhe devo, eu acho que só pode falar das condições existentes para os trabalhadores do CRO, o antigo CRO, antes que a gente lá fosse pôr contentores, porque nunca os visitou. Alguém lhe escondeu uma realidade que pelos vistos não conhece.

O Canil Municipal, se quiser Senhor Deputado Municipal João Gerales, porque o Senhor Deputado conhecia de certeza, está paredes meias com um jardim de infância. Por muito que lhe custe Senhor Deputado Municipal eu não tenho que lhe pedir autorização para coisa nenhuma e por muito que tente, não calará a minha liberdade de palavra. Não é meu confessor, não é meu mentor, nunca será o meu mestre e nunca será, garanto-lhe, minha referência para seja o que for.”

6.7.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 24 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP, 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 14 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD), através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos conjugados do disposto nos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua atual redação, em conjugação com o disposto no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua atual redação, aprova os encargos plurianuais para Construção do Centro de Recolha Oficial e Bem Estar Animal e



Requalificação da Quinta da Alembança, Feijó, no valor global de 5.184.770,35 € (cinco milhões, cento e oitenta e quatro mil, setecentos e setenta euros e trinta e cinco cêntimos) nos precisos termos da deliberação camarária de 21 de julho de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-326-DEMP.

6.7.4 – Para apresentar uma Declaração de Voto usou da palavra o Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

6.7.4.1 – O Senhor deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A CDU reconhece a necessidade de melhorar as atuais instalações municipais onde são recolhidos animais de estimação, atualmente desadequadas relativamente às necessidades objetivas do Município neste domínio.

A CDU não é contra, por isso, a construção de um novo Centro de Recolha Oficial (CRO) de animais de estimação em Almada, tendo mesmo desenvolvido um projeto nesse sentido, que estava a trabalhar em 2017. Um projeto que, com a chegada do PS ao poder na Câmara Municipal, foi simplesmente abandonado. No concreto, o resultado dessa decisão da administração municipal em 2017, foram oito anos de espera, até que o projeto agora apresentado visse a luz do dia.

O Grupo Municipal da CDU votou, no entanto, contra esta proposta de um novo CRO, por duas razões principais:

Em primeiro lugar, a questão financeira. A Câmara Municipal pretende investir neste novo CRO perto 5,2 milhões de euros. Quando comparamos este valor com o custo (estimado) dos dois centros de saúde previstos para a Costa da Caparica e para o Feijó, concluímos sem dificuldade que o custo deste CRO seria suficiente para financiar a construção daqueles dois centros de saúde. Lembremo-nos: o novo CRO do Porto, com o triplo da capacidade de albergar animais daquela que este projeto propõe para Almada, custo dois milhões de euros.

A CDU entende que a obrigação, e o dever, do Município em cuidar de animais, deve ter em consideração, em primeiro lugar, as responsabilidades e competências próprias atribuídas pela lei ao município, que se concretizam nos deveres de vigilância sanitária e controlo de doenças transmissíveis entre animais.

A opção do Município não deve, por isso, recair em propostas de luxo que extravasam largamente aquelas responsabilidades e atribuições legais, mais ainda quando o Concelho de Almada necessita de investimentos e obras de fundo que não foram nem estão a ser concretizadas – requalificação do parque habitacional do município, melhoria do espaço público, investimento urgente na rede de água e esgotos, entre outros.

O custo deste equipamento que a Câmara Municipal pretende construir assume um valor que a CDU não pode deixar de considerar manifestamente desproporcional relativamente às atribuições e responsabilidades concretas dos municípios neste domínio.

Em segundo lugar, questões de natureza técnica do próprio projeto. Como referimos, a vigilância sanitária e o controlo de doenças transmissíveis, são os objetivos essenciais de um CRO. A CDU considera que a ideia de fazer associar a estas competências, que lidam, muito frequentemente, com a doença, um abrigo para cães e gatos, poderá representar do ponto de vista sanitário e a prazo, um risco elevado para a saúde pública.

A CDU entende que a Câmara Municipal deve assumir as suas responsabilidades próprias no domínio da prevenção e proteção da saúde animal, entregando às associações de defesa dos animais, naturalmente suportadas por apoio municipal consistente e robusto, a tarefa de abrigar animais de companhia essencialmente destinados à adoção, realidade que o projeto agora apresentado está muito longe de assegurar.

A CDU entende igualmente que a proposta apresentada, oferecendo às associações de defesa dos animais com atividade em Almada, o projeto e o espaço para construção dos seus próprios abrigos (que, reiteramos, não devem ser instalados em proximidade física com um centro municipal que lida, na sua intervenção diária, com



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

[Handwritten signatures]

inúmeras doenças transmissíveis), fica muito aquém do apoio municipal que estas associações justificam e merecem pelo trabalho que desenvolvem na defesa e proteção da qualidade de vida dos animais de companhia no nosso Concelho.

Por estas razões, a CDU entendeu que a proposta apresentada não corresponde à satisfação do interesse municipal nem salvaguarda a necessária qualidade de vida e tratamento dos animais colocados à guarda do CRO, assumindo por isso o voto contra o projeto, que não é contra a necessidade de construção de um CRO que dignifique a vida animal no quadro da vida urbana mais geral.”

6.8 – Entrou-se no ponto 3.8 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Gestão de Ativos. Jardim de Infância de Marco Cabaço e Estaleiro da JF Charneca. Regularização de registo”;

6.8.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS);

6.8.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu vou ler porque isto é uma proposta da área de património e isto diz respeito a uma regularização de registo, que é algo que nós temos estado a fazer de forma um pouco sistemática e importante, que é regularizar os alvarás e regularizar toda uma série de registos do património do Município.

O Prédio urbano, sito na Rua Sebastião da Gama, em Vale Rosal ou Marco Cabaço, na Charneca de Caparica, é composto por um terreno de uma área total de 2.647,45 m², descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Almada, sob número 14892 da Freguesia da Charneca de Caparica e inscrito na Matriz Predial da União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda sob o artigo 20332, com o valor patrimonial de 519.124.69€ (quinhentos e dezanove mil cento e vinte e quatro euros e sessenta e nove cêntimos).

Este imóvel encontra-se registado no inventário de bens do Município de Almada sob o número 61845.

Sobre o referido prédio, foram construídos dois edifícios distintos, um destinado ao Jardim de Infância de Marco Cabaço e outro destinado ao Estaleiro da Junta de Freguesia de Charneca de Caparica. Sem que tal se encontre refletido em sede de Registo Predial e na Matriz Predial Urbana.

Para efeitos da gestão destes ativos e do Registo Predial e Matricial, importa individualizar cada um dos prédios e promover a respetiva regularização dos Registos Prediais, de forma a alcançar a harmonização entre a realidade física e os respetivos registos.

O Jardim de Infância de Marco Cabaço ocupa a área total de 1.558,08 m², tem uma área total de construção de 708,06 m². E uma área de implantação de 720,05 m² e um logradouro de 837 m².

Eu posso dizer que o Estaleiro da Junta de Freguesia de Charneca de Caparica ocupa uma área total de 861,16 m² para uma área de construção de 385,14 m².

A área remanescente com 228,21 m² já se encontra efetivamente afeta ao domínio público para passeios e arruamentos.

Constitui competência da Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre a afetação de bens do domínio público municipal.

Constitui competência da Câmara Municipal a apresentação da proposta.

Nesse sentido, propõem-se que a Assembleia Municipal de Almada, delibere a afetação de uma área de 228,21 m² ao domínio público municipal, uma vez que se encontrava no domínio privado, destinada a passeios e arruamentos e o respetivo abate a descrição do prédio registado na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Almada, sob o número 14892.”



6.8.2 – No debate usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Pedro Dias Pereira (PS).

6.8.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Dias Pereira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as deputados/as Municipais;

Esta proposta do ponto 3.8 da Ordem de Trabalhos, parece-me gestão de ativos, parece-me que também faz sentido a Câmara Municipal preocupar-se com estas coisas, os prédios devem refletir a sua afetação e, portanto, deve ser uma das suas preocupações. Não só neste prédio que aqui está e que aqui está bem desenhado na matriz, mas também em todos os outros prédios, a Câmara Municipal de Almada é proprietária de um conjunto de prédios por todo o Concelho, alguns estão afetados a uma atividade, outros nem por isso, e outros foram cedidos por particulares por contrapartidas, para se colocar aí equipamentos e também devem ser olhados para se tentar dar uma utilidade também a esses prédios.

No caso em concreto que estamos aqui a falar, este prédio urbano situado na Rua Sebastião da Gama, todas as pessoas daquela Freguesia conhecem bem este lugar porque não só neste prédio está o Jardim de Infância, mas também um pouco mais à frente está uma Escola Básica e a maior parte dos Charnequenses tiveram ali os filhos a estudar. Eu próprio tive lá o meu filho a estudar.

é importante que este trabalho se faça, Senhora Presidente. Portanto, espero que esta proposta seja aqui hoje votada favoravelmente e quando isso acontecer, depois de se fazer os respetivos registos e tudo estar conforme na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Almada, e tudo já separado, havia a Senhora Presidente e o executivo que lidera, pensar no seguinte: essa parte que vai ficar autonomizada como o novo prédio que será o Estaleiro da Junta, se calhar faria sentido esse prédio posteriormente, ser doado pela Câmara Municipal de Almada, à Autarquia Freguesia de Charneca de Caparica e Sobreda, porque é ela que o utiliza e mais, assim também legítima a essa Junta de Freguesia, para o futuro poder até poder investir nesse prédio, por forma até a para poder utilizar melhor esse espaço.

Portanto, fica aqui a ideia e a proposta.”

6.8.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade dos presentes (encontrando-se fora da sala os Senhores Deputados Municipais Bruno Ramos Dias (CDU) e António Manuel Pombeiro (CDU)), através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea q), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprova a afetação de uma área com 228,21m² ao domínio público municipal, destinada a passeios e arruamentos, e o respetivo abate à descrição do prédio registado na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Almada sob o n.º 14892 da freguesia de Charneca de Caparica e inscrito na matriz predial da União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda sob o artigo 20332, nos precisos termos da deliberação camarária de 21 de julho de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-253-DPAT.

6.9 – Entrou-se no ponto 3.9 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Aquisição de material para apetrechamento da Escola Básica n.º 1 da Trafaria e Escola Básica de Fonte Santa, reprogramação financeira plurianual do plano”;

6.9.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira (PS);

6.9.2.1 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta é mais uma proposta de reprogramação financeira, neste caso concreto dos encargos plurianuais relativos à aquisição dos equipamentos da EB1 da Trafaria e do Jardim de Infância da Fonte Santa.

E eu sendo uma proposta simples, é com grande satisfação que a trago, porque adquirir os equipamentos significa que a Escola está pronta e vai entrar em rede no próximo ano letivo, o que me muito me apraz.



[Handwritten signatures]

E apraz-me essencialmente porque, há um ano, em torno desta matéria, eu ouvi que ali ia ficar um ginásio, um condomínio de luxo, uma superfície comercial, mas não está, não está nada disso. Está lá um equipamento de Jardim de Infância bonito, requalificado, que vai acolher cerca de cinquenta crianças que tem as vagas todas ocupadas e que iniciarão lá o seu ano letivo.

Resumindo, eu penso que esta foi uma boa opção, alargamos a oferta do Pré-Escolar na valência mais deficitária do Concelho na maioria deles, que é efetivamente a valência Jardim de Infância, demos conforto e comodidade às crianças que o vão frequentar, e o projeto pedagógico de qualidade que foi aqui o grande obstáculo ou que parecia ser o grande obstáculo, pode continuar, pode reflorir com todo o conforto e com todas as condições.

Portanto, chegados aqui, e passada a espuma dos dias, acho que podemos todos concordar o que muito me apraz, foi uma boa opção.”

6.9.2 – No debate usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Nuno Ricardo Augusto (PS).

6.9.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Ricardo Augusto (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em nome da Junta da União de Freguesias de Caparica Trafaria, relativamente a este mesmo ponto, é com agrado que podemos também desde já informar que o contrato-programa que foi celebrado entre esta Câmara Municipal e esta União de Freguesias, para a requalificação da Escola Fonte Santa, está numa fase terminal e estamos na fase de conclusão da empreitada. Isto mostra que realmente este tipo de contratos-programa e as Juntas de Freguesia tem esta capacidade para executar este tipo de obras e é com agrado que aqui indicamos que foi com sucesso que estamos a concluir este mesmo projeto.

Por isso, parabolizar a Câmara Municipal pela iniciativa que teve em celebrar este contrato-programa para que aquele equipamento escolar tivesse realmente uma utilização mais reforçada e que com este mesmo próximo ponto que aqui iremos votar, também dotar essas mesmas escolas de mais e melhores equipamentos para as nossas crianças.”

6.9.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprova a reprogramação financeira para a aquisição de material para apetrechamento da Escola Básica n.º 1 da Trafaria e Escola Básica de Fonte Santa, nos precisos termos da deliberação camarária de 21 de julho de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-294-DCOMP.

6.10 – Entrou-se no ponto 3.10 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Aquisição de periféricos informáticos - Reprogramação Financeira Plurianual do Plano”;

6.10.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a o Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS);

6.10.1.1 – O Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta é uma proposta de aquisição de periféricos informáticos, estamos a falar de necessidades identificadas dentro da Câmara Municipal, também das escolas, enfim, todas as entidades a quem damos suporte. Portanto, estamos a trazer aqui esta proposta para uma necessidade de aprovar a reprogramação financeira plurianual, e, portanto, estou naturalmente disponível para qualquer questão que entendam colocar.”

6.10.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO



A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprova a reprogramação financeira plurianual para a aquisição de periféricos informáticos, nos precisos termos da deliberação camarária de 21 de julho de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-301-DCOMP.

6.11 – Entrou-se no ponto 3.11 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Aquisição de serviços de inspeções de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes do Município de Almada, pelo prazo de 2 anos, reprogramação financeira plurianual do plano”;

6.11.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra o Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS);

6.11.1.1 – O Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Lendo apenas o título da proposta, de aquisição de serviços de inspeção de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes do Município, estamos a falar de um procedimento para dois anos.

Os documentos estão apresentados, estou naturalmente disponível para qualquer questão.

A aprovação que se pede aqui é de forma análoga à proposta anterior, que a dimensão plurianual e como disse estou disponível para qualquer questão que entendam colocar.”

6.11.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprova reprogramação financeira plurianual para a aquisição de serviços de inspeções de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes do Município de Almada, pelo prazo de 2 anos, nos precisos termos da deliberação camarária de 21 de julho de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-314-DCOMP.

6.12 – Entrou-se no ponto 3.12 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Início do procedimento por Concurso Público n.º CPN00415S2025 para “Aquisição de serviços de cópia e impressão, em regime de outsourcing, para serviços municipais, e escolas do 1º ciclo, 3º ciclo e ensino secundário, pelo prazo de 3 anos”;

6.12.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra o Senhor Vereador Filipe Pacheco (PS);

6.12.1.1 – O Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Estamos a falar mais uma vez, de um concurso público para aquisição de serviços de cópia e impressão, para serviços municipais, Escolas do 1.º Ciclo, 2.º, 3.º Ciclo e Ensino Secundário, pelo prazo de três anos.

Pedimos que esta Assembleia Municipal delibere aprovar a reprogramação financeira plurianual e estou naturalmente, mais uma vez, disponível para qualquer questão.”

6.12.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprova a reprogramação financeira plurianual para aquisição de serviços de cópia e impressão, em regime de outsourcing, para serviços municipais, e escolas do 1º ciclo, 3º ciclo e ensino secundário, pelo prazo de 3 anos, nos precisos termos da deliberação camarária de 21 de julho de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-136-DCOMP.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

4. 2.
R

6.13 – Entrou-se no ponto 3.13 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Aquisição de serviços técnicos especializados de manutenção e conservação dos relvados desportivos naturais da Pista Municipal de Atletismo Alberto Chaíça, pelo prazo de 14 meses, reprogramação financeira plurianual do plano”;

6.13.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra o Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS);

6.13.1.1 – O Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

À semelhança das propostas anteriores estamos aqui a trazer por não termos o Orçamento aprovado, é necessário iniciar procedimento de contratação pública para aquisição de serviços técnicos especializados para manutenção e conservação de relvado e neste caso da Pista de Atletismo. Até aqui vigorava um contrato que incluía também o Estádio Municipal José Martins Vieira, essa dimensão foi recentemente transferida para o Clube inserida numa dimensão de contrato-programa com o Clube para o qual se transfere uma verba para toda essa dimensão e outras mais e, portanto, neste momento temos apenas aquilo que era a dimensão de contratos anteriores, portanto, vê-se reduzida e estamos aqui apenas a lançar para a nossa Pista Municipal.

Estou naturalmente, disponível para qualquer questão.”

6.13.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprova a reprogramação financeira plurianual para a aquisição de serviços técnicos especializados de manutenção e conservação dos relvados desportivos naturais da Pista Municipal de Atletismo Alberto Chaíça, pelo prazo de 14 meses, reprogramação financeira plurianual do plano, nos precisos termos da deliberação camarária de 21 de julho de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-302-DCOMP.

6.14 – Entrou-se no ponto 3.14 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Início do procedimento por Concurso Público n.º CPN005732024 para aquisição de serviços de SOC - Security Operation Center pelo prazo de 2 anos”;

6.14.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra o Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS);

6.14.1.1 – O Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Proposta de aquisição de serviços de SOC que é o Security Operation Center, pelo prazo de dois anos. Aqui até antecipando eventuais questões que possam existir.

Durante o primeiro semestre de 2023, foi realizada como tem sido discutido seja na Câmara Municipal, seja também aqui na Assembleia Municipal algumas vezes, portanto, uma auditoria ao estado da Cibersegurança na Câmara Municipal de Almada, que teve um conjunto de indicadores, não só daquilo que era bem feito, mas também um conjunto de recomendações que, resultando depois o relatório final, daí se elaborou um conjunto de planos de ação, precisamente para melhorar tudo aquilo que havia a corrigir.

Uma das dimensões foi a de necessidade e de identificação da necessidade de termos aqui o SOC, que em português o Centro de Operações de Cibersegurança, no fundo que, eu tive a oportunidade de dizer isso na reunião de Câmara, nós estamos a falar de não só melhorar algumas das dimensões que já eram feitas mas feitas de forma insuficiente, e depois acrescentar um conjunto de dimensões na área da Cibersegurança, para as quais não existem manifestamente, recursos internos ou diria até a nível de detalhe, de conhecimento específico hoje em dia de ponta, para termos uma dimensão de Cibersegurança muito mais robusta.



Portanto, esta é hoje uma ferramenta básica para qualquer entidade, termos aqui um Centro de Operações de Cibersegurança, exatamente por isso é que isso é uma fileira de negócio nesta área, e como eu dizia, a escassez de recursos no sentido da sua necessidade de ponta, hoje em dia é muito difícil que organismos da Administração Pública e entidades no geral, tenham essa dimensão de ponta, porque estamos a falar de conhecimento muitas vezes até que vai sendo atualizado todos os dias, e portanto, há aqui uma necessidade desta contratação e estamos a falar de dimensões de proteção digital, gestão de antivírus, entre outros.

A documentação foi distribuída eu tentei antecipar algumas das questões que pudessem ser colocadas, mas estou naturalmente disponível para qualquer questão que pretendam colocar.”

6.14.2 – No debate usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais Bruno Ramos Dias (CDU), Pedro Celestino Pereira (BE), o Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS).

6.14.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Bruno Ramos Dias (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Há um mês, esta Assembleia Municipal reuniu em Sessão Ordinária no dia 26 de junho, na Escola Professor Ruy Luis Gomes. Nessa reunião estava em agenda a proposta da câmara Municipal à Assembleia Municipal, sobre licenciamento e manutenção de software, que implicava uma despesa, na rubrica “manutenção e assistência técnica informática”, no valor de 3.800.860.00€ (três milhões oitocentos mil oitocentos e sessenta euros) para três anos, dos quais perto de 1.600.000.00€ (um milhão e seiscentos mil euros) serão especificamente para aquisição de serviços externos (o resto era licenças Microsoft).

Nessa altura, faz agora um mês, a nossa crítica por parte da CDU, até para além do problema específico da subordinação tecnológica face a quatro ou cinco multinacionais, e ser licenças Microsoft ou outra coisa qualquer, para além disso e se calhar até de forma mais decisiva, seria a necessidade de defender e desenvolver as capacidades próprias, as competências do Município enquanto serviço público. Quando a opção deste executivo municipal era e é, claramente, de acentuar a contratação externa, a substituição do serviço público pelo negócio privado, ou a fileira de negócios como acabou de dizer o Senhor Vereador, a dependência da estrutura municipal em áreas críticas do seu funcionamento.

Ora, o problema de fundo que na altura se colocava é o mesmo que agora volta a estar colocado, mas de uma forma que é porventura ainda mais grave.

Leio apenas uma passagem da proposta presente que vai ser votada: «o Centro de Operações de Cibersegurança (SOC – Security Operation Center) é uma ferramenta básica para qualquer ação preventiva ou investigação relacionada com a Cibersegurança do Município, bem como para uma adequada gestão da arquitetura informática e sua correta operação.»

Podíamos perguntar: então e se alguém se lembrasse de contratar externamente a informática da Câmara Municipal? Entregar a informática toda a uma empresa! Diriam alguns: qual é o problema? Outros diriam e com toda a razão, que isso era um absurdo, a Câmara Municipal não podia entregar a informática a uma entidade externa. E nós perguntamos: e a Cibersegurança, pode?

O Centro de Operações de Cibersegurança? A tal ferramenta básica para a segurança e a gestão da arquitetura informática, pode ser entregue a uma entidade externa?

Nós não estamos a falar de a Câmara Municipal fazer o seu próprio antivírus, isso a gente também não defende, o que defendemos é que, quem gere, quem coordena, quem assume esse trabalho, deve ser uma empresa externa?

Todas as Câmaras Municipais têm de ter um Centro de Operações de Cibersegurança, nos termos da Lei. As auditorias que foram feitas de Norte a Sul do país, concluíram sempre que é preciso ter um Centro de Operações de Cibersegurança, está na Lei. A questão não é de suspeição sobre a empresa A ou B, a questão é da salvaguarda



[Handwritten signatures]

indispensável da capacidade própria do Município, para evitar uma dependência total dessa maneira numa função básica de uma área crítica. Aquisição de periféricos é uma coisa, isto é, outra!

Na aquisição de periféricos não houve sequer uma pergunta, foi aprovado por unanimidade.

Diz o Senhor Vereador, e diz na informação da proposta da Câmara Municipal, que «a escassez de recursos impõe a contratação externa deste serviço, incorporando nele tarefas já hoje realizadas internamente, mas de forma incipiente ou incompleta, como a gestão da firewall, proteção dos ativos do Município, gestão de antivírus entre outros.

Nós, por parte da CDU, temos vindo a alertar há anos para a degradação das carreiras e dos salários e das condições de quem trabalha na Administração Pública, Central e Local, como fator de degradação do Serviço Público, prejudicando as populações. Os governos, quer do PSD/CDS quer do PS, ignoraram esses alertas.

Mas mesmo assim subsiste o problema das opções políticas e estratégicas naquilo que está ao nosso alcance. Não podemos estar perante inevitabilidades. E não é preciso procurar muito para encontrar Municípios, até aqui bastante perto de nós, onde a aposta nas pessoas, nas equipas, nas capacidades próprias, é o que permite evitar situações como esta. Nós não estamos a falar de coisas impossíveis ou inevitáveis, de tal forma que o recurso a entidades externas, nomeadamente empresas privadas, nesse caso, está reduzido à realização de auditorias.

Porque o Centro de Operações de Cibersegurança é constituído por equipas próprias do Município.

Quando as opções são outras, os resultados são outros. Podia haver outra política, pode haver outra política.

E aquele argumento que estar a ser usado repetidamente, de que estamos supostamente aqui a perder tempo porque o orçamento da Câmara Municipal foi chumbado, é um argumento revelador de uma visão muito pobre do que é a transparência, o escrutínio, a participação.

Mas mesmo assim, é preciso dizer que o chumbo do orçamento tem as costas muito largas.

Porque esse Orçamento da Câmara Municipal de Almada para 2025, que este executivo propôs e que foi chumbado na Assembleia Municipal, previa uma despesa com “Manutenção e assistência técnica informática” no valor de cerca de 1.867.000.00€ (um milhão oitocentos e sessenta e sete mil euros). E com estas propostas aqui trazidas pelo executivo já vamos em perto de 2.380.000.00€ (dois milhões trezentos e oitenta mil euros). Onde é que já vai o orçamento chumbado! Se fosse aprovado, também não dava para isto.

Senhor Presidente, Senhores eleitos,

A CDU não vai inviabilizar a criação de um Centro de Operações de Cibersegurança da Câmara Municipal de Almada. Mas seja a Altice, ou a NOS, ou a Vodafone, ou outro grupo económico, queremos sublinhar que uma responsabilidade tão fundamental, numa área tão crítica do funcionamento da Câmara, não deve ser alienada (desde logo à nascença!) para uma espécie de PPP, ainda para mais retirando competências atuais dos serviços da Câmara Municipal em vez de os reforçar.

É com a maior preocupação que assistimos a este caminho a estas opções estratégicas, pelo que representam e significam para o serviço público. E reafirmamos que o Concelho de Almada não tem de estar condenado a isto.”

6.14.2.2 – O Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal, tentando responder.

Eu separaria o problema em duas dimensões. Por um lado, estamos aqui a tratar de uma dimensão de contratação externa, e eu pergunto uma vez que a CDU já teve e tem ainda em várias Câmaras Municipais, várias Autarquias, responsabilidades executivas se, seja na área informática ou noutras áreas, não recorreu ou não recorre à contratação externa? Recorre. Eu começo até de uma dimensão análoga, se até nos refeitórios por uma questão de gestão, foi sempre evidente, até para a CDU em todos os anos em que geriu a Câmara Municipal, recorrer a contratação externa, então por maioria de razão numa área do conhecimento, que é de ponta e muito mais



especifica do que cozinhar comida, parece-me evidente por maioria de razão, há aqui algum sentido de recorrer à contratação externa.

Mas eu depois vou aqui numa segunda dimensão, para lá da contratação externa, do ponto de vista geral. Estamos a falar então, de como é que temos aqui uma dimensão de Centro de Operações de Cibersegurança no Município, e aquilo que eu pergunto à CDU de uma forma muito concreta é: qual é a alternativa? Qual é a alternativa? Indiquem um Município, que tenha a capacidade sem comprometer a dimensão de Cibersegurança, podemos dizer que há Município que deixam isso de forma interna. Mas, aquilo que o nosso relatório diz e nas dimensões que nós fazemos internamente, era que ficava muito aquém, profundamente aquém daquilo que é necessário. Hoje em dia toda a gente percebe que as dimensões de Cibersegurança tem uma dimensão mundial daquilo que é a particularidade dos ataques e das vulnerabilidades. Nunca estaremos imunes a ataques e também a dimensão que se procura ter aqui é também de capacidade de resposta se houver um ataque em larga escala.

Portanto, aquilo que estamos aqui a falar, é de ter não só capacidade de resposta, mas de proteção. O Município apesar de estar a criar a Polícia Municipal, enfim, também não cria a sua polícia porque nem pode. Mas no fundo estamos a dizer isso. É, nós continuamos a ter e o Senhor Deputado Municipal sabe isso, uma gestão muito interna das nossas redes, com toda a capacidade de rede até em que a maioria dos Municípios muitas dessas dimensões até a externaliza. E nós a nossa rede de fibra ótica, por exemplo, internalizada. Agora, as dimensões de proteção onde não há conhecimento de ponta, digam-me uma Autarquia onde há conhecimento de ponta que garanta Cibersegurança não só no cumprimento da legislação, que a maioria das entidades ainda está aquém no seu cumprimento, mas não é só da legislação e das melhores práticas. Que é essa a dimensão que nos queremos comparar e queremos seguir. Não há. Não é possível.

Portanto, aquilo que nós precisamos é nessa dimensão, continuando a fazer aquilo que nós fazemos em todas as outras áreas e que a CDU faz e também fez, de nessas dimensões onde é necessário seja por opções de gestão, seja por ser impossível ao nível dos nossos recursos, ir à contratação externa, estamos a falar de mercados ultra especializados. Nós sabemos disso."

6.14.2.3 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino Pereira (BE):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Venho apresentar o nosso sentido de voto, nós vamos nos abster. Nós compreendemos que é de facto, difícil de ter um sistema de Cibersegurança avançado, no entanto, também temos por decisão de princípio que há certas coisas que têm de ser públicas e não podem ser privatizadas, nomeadamente no que compete a segurança, seja ela segurança física ou Cibersegurança onde está depositado tantas das nossas vidas atualmente.

Por compreendermos que não é fácil pelo menos a curto prazo, passar a ter um sistema completamente público de Cibersegurança, mas temos que equilibrar isso com a nossa posição de princípio que é: há dimensões que não podem ser privatizadas, a segurança e a proteção das pessoas é uma delas, incluindo a Cibersegurança."

6.14.2.4 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu não vou responder a todas as questões, ainda por cima o Senhor Vereador é engenheiro, eu não sou.

Portanto, certamente responde com mais equidade. Mas eu enquanto gestora deste Município, uma coisa lhe garanto, quando chegamos, mandamos fazer uma auditoria a nível da Cibersegurança. E os resultados dessa auditoria é que deixaram absolutamente claro, a necessidade de tomarmos medidas urgentes. E isto não é estar naturalmente, a duvidar da qualidade dos nossos serviços, pelo contrário, mas deixou claro que havia uma série de práticas, porque é um meio que está sempre a evoluir e muito rapidamente, mas havia uma série de práticas que até os nossos próprios serviços não tinham acompanhado e nem sequer tinham conhecimento para isso. Não significa que não venham a adquirir competências para estas áreas ultra especializadas. Mas a verdade é que, hoje em dia, a Câmara Municipal de Almada já está muito mais segura do que estava há quatro anos atrás,



muito mais segura. E isto não é dito por nós, isto é dito por técnicos especializados que vieram fazer uma análise dos nossos sistemas internos de segurança e de acompanhamento e até de fiscalização das introduções ou não, na nossa própria rede.

Não é o facto, de termos uma rede nossa, que é a opção tomada, que nos poue ao abrigo destes ataques e nós sabemos que assim é e nós sabemos que cada vez mais sofisticado.

Agora, eu confesso a minha total e absoluta ignorância tecnicamente nesta área. Mas há coisas que eu ainda percebo. Nós não tínhamos sequer um sistema que agora já temos, eficaz, de gestão de blogues. Ou seja, se alguém entrasse na rede, se alguém entrasse nos nossos computadores, o registo de quem entrava demorava para aí meia hora Senhor Deputado Municipal, e depois apagava. Portanto, se sofrêssemos um ataque de grandes dimensões não tínhamos sequer registo.

Portanto, há vantagens e há inconveniências, e por isso inclusivamente, até há opções de pôr na Cloud as grandes empresas, porque isto está sempre a evoluir. Nem sequer é isso que estamos a colocar. Eu comecei por dizer que não esperassem de mim grandes explicações técnicas, mas eu por várias vezes, senti, talvez por paranoia, que todos às vezes sentimos, que alguém entrava no meu computador, só que quando eu pedia os registos eles não existiam. Isto é o básico.

Agora, uma coisa eu sei, a Câmara Municipal de Almada em termos informáticos, hoje em dia está muito mais segura do que estava há quatro e há oito anos atrás.”

6.14.2.5 – O Senhor Deputado Municipal Bruno Ramos Dias (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente da Câmara Municipal, acabou de dar um exemplo, eu não vou pôr em causa a sua palavra se não existia nenhum controlo de registo de login e se alguém entrava no seu computador, eu não me vou meter nisso, não me vou meter nesse assunto. Mas o registo e o controlo das ligações ao sistema, os tais logins, é exatamente um dos exemplos, dos serviços de Cibersegurança. E acabou a Senhora Presidente agora perante nós demonstrar, que a Câmara Municipal pode ter capacidades próprias nessa matéria. E o problema é exatamente o conjunto de Municípios que, e sim senhor Vereador, existem, e quando eu falei no caso de Municípios que recorrem a empresas privadas apenas para realização de auditorias, não é preciso ir muito longe para o encontrar. E quem faça a apresentação de boas práticas inclusive, no plano científico e académico, conhece exatamente que há Municípios que têm esse exemplo para dar. Portanto, a questão aqui, não é de nós ficarmos deslumbrados ou preocupados com a sofisticação das exigências e dos sistemas informáticos, porque o serviço público também tem que estar cada vez mais sofisticado. E há sítios onde está. Há outros como cá, em que a opção em vez de sofisticar o serviço público parece ser contratar fora. E aquilo que a nós, a Vodafone, ou Altice, poderão fazer, nós não estamos a desconfiar deles, o que estamos a dizer é que hoje, se nós nos abstermos, é porque admitimos a palavra do Senhor Vereador e dos serviços da Câmara Municipal que não há as condições para assumir essa responsabilidade internamente. Há Municípios que têm isso assumido. E nesse contexto, nós não vamos inviabilizar o Centro de Operações de Segurança. Mas há uma preocupação mais funda, que tem a ver com as opções estratégicas, do desenvolvimento do serviço público, em vez da sua degradação e da transformação em fileiras de negócios que aí é que está o problema e a preocupação que nós aqui manifestamos.”

6.14.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 20 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal CHEGA, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP, 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 14 abstenções sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE), através da seguinte:

DELIBERAÇÃO



A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprova a reprogramação financeira plurianual aquisição de serviços de SOC - Security Operation Center pelo prazo de 2 anos, nos precisos termos da deliberação camarária de 21 de julho de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-159-DCOMP.

6.15 – Entrou-se no ponto 3.15 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Serviços de manutenção da plataforma informática para gestão integrada da Habitação Municipal e aquisição de módulo Financeiro - Ajuste direto nº AD001125S2025 - Reprogramação Financeira Plurianual do Plano”;

6.15.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra o Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS);

6.15.1.1 – O Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

De forma telegráfica. Estamos a falar de aquisição de serviços seja de manutenção, bolsas de horas, mas também aquisição do módulo financeiro. Ainda não há muito tempo atrás, todos os processos na área da habitação, atribuição de habitação, de pequenas reparações eram feitas em papel. Aquilo que tem existido é uma evolução de digitalização de todos os processos seja ao nível de hoje em dia por exemplo, na atribuição de habitação municipal, todas as candidaturas, todas as atribuições são feitas de forma digital e aquilo que temos estado a fazer é um esforço para gerir melhor e também de forma mais atual aquilo que é o parque municipal.

Os documentos foram distribuídos estou naturalmente, disponível para qualquer questão.”

6.15.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprova a reprogramação financeira plurianual para aquisição de serviços de manutenção da plataforma informática para gestão integrada da Habitação Municipal e aquisição de módulo Financeiro, nos precisos termos da deliberação camarária de 21 de julho de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-304-DCOMP.

6.16 – Entrou-se no ponto 3.16 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Aquisição e distribuição de fruta e produtos hortícolas nos estabelecimentos educação e ensino do Pré-Escolar e 1º Ciclo do EB da rede pública do Concelho de Almada, no ano letivo 2025/2026, reprogramação financeira plurianual do plano”;

6.16.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira (PS);

6.16.1.1 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Trata-se também de uma proposta de reprogramação financeira dos encargos plurianuais, relativamente à aquisição e distribuição de fruta fresca e sazonal nos equipamentos de educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico, foi um programa que tivemos pela primeira vez em 2024-2025, teve uma avaliação muito positiva, e, portanto, está aqui a proposta para 2025-2026.

Efetivamente, esta distribuição de fruta, a diversidade nas ementas, as opções vegetarianas, as medidas da auditoria e de formação que introduzimos vão ao aumento muito grande do consumo de refeições escolares e isto apenas nos apraz porque sabemos, cada vez que se come num refeitório escolar, não se come no café da frente e não se consome uma refeição cheia de gordura e sal, tão prejudicial à saúde e ao problema da obesidade.”



6.16.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade dos presentes (encontrava-se fora da sala o Senhor Deputado Municipal Luis Daniel Jacinto (CDU)), através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos conjugados do disposto nos números 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua atual redação, em conjugação com o disposto no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, na sua redação atual, aprova os encargos plurianuais para aquisição e distribuição de fruta e produtos hortícolas nos estabelecimentos educação e ensino do Pré-Escolar e 1º Ciclo do EB da rede pública do Concelho de Almada, no ano letivo 2025/2026 no valor global de 164.289,85 € (cento e sessenta e quatro mil, duzentos e oitenta e nove euros, oitenta e cinco centimos), nos precisos termos da deliberação camarária de 21 de julho de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-330-DCOMP.

6.17 – Entrou-se no ponto 3.17 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Proposta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar entre o Município de Almada e o Clube Desportivo Cova da Piedade. Aprovação”;

6.17.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra o Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS);

6.17.1.1 – O Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Como os Senhores Deputados Municipais sabem, ainda recentemente, celebramos um novo contrato-programa para gestão e utilização do Estádio Municipal José Martins Vieira, com o Clube Desportivo da Cova da Piedade, e precisamente porque há uma dimensão de trabalho constante de confiança, quando há confiança nós delegamos, nós passamos responsabilidade.

O contrato-programa de utilização e gestão, remete para o Município a realização de grandes obras de reparação, o Clube é apenas responsável pela dimensão de manutenção e aquilo que estamos aqui a falar neste novo contrato-programa, é um contrato-programa diria de forma muito cirúrgica para em duas dimensões, por um lado, para a reparação do relvado número dois o sintético, mas também de reparação do sistema de relva do relvado principal, portanto, delegar no Clube uma vez que o Clube também se demonstrou disponível, para a realização dessas obras.

Portanto, propõem-se que a Assembleia Municipal delibere também aqui aprovar a reprogramação financeira.”

6.17.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade dos presentes (encontrava-se fora da sala o Senhor Deputado Municipal Luis Daniel Jacinto (CDU)), através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprova a Proposta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar entre o Município de Almada e o Clube Desportivo Cova da Piedade, nos precisos termos da deliberação camarária de 21 de julho de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-240-DGED.

6.18 – Entrou-se no ponto 3.18 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Contrato Interadministrativo com a UF Charneca de Caparica e Sobreda para beneficiações na divisão com entrada pelo n.º 9A, do edifício municipal sito na Praça Aquilino Ribeiro, N.ºs 9, 9A e 9B, com vista à instalação da Sede Social do Clube Pedro Pessoa”;

6.18.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra o Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS);

6.18.1.1 – O Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS):



“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Clube Pedro Pessoa, Escola de Atletismo, é atualmente o clube com mais atletas na modalidade de atletismo. Aliás, é um grande clube a nível distrital nesta modalidade, e aprofundando aqui uma dimensão de trabalho, era também um dos clubes que não tinha ainda um espaço sede.

Este é um trabalho que não vem de hoje, nós tentamos num contexto daquilo que era o projeto de requalificação e de modernização da nossa Pista Municipal de Atletismo, tentamos que a Pista Municipal tivesse um conjunto de valências para albergar clubes. Enfim, a verdade é que temos tido alguns problemas na CCDR também pela forma como a Pista foi criada há mais de quarto de século atrás, e, portanto, aquilo que tivemos foi de encontrar também um espaço alternativo.

Aquilo que propomos aqui é, num contexto de cedência do espaço que é referido ali na zona da Quinta Nova, ao Clube Pedro Pessoa, aquilo que também delegamos por questões de celeridade mas também de boa adequação, aliás, cumprindo também um princípio de subsidiariedade, é delegar na União de Freguesias que se mostrou disponível para tal, a obra neste espaço para que o Clube Pedro Pessoa Escola de Atletismo possa ter aqui a sua sede que é também um dos seus objetivos já de há muitos anos.

Portanto, estou disponível para qualquer questão, sendo certo que este também é um momento bastante importante de valorização de um dos grandes clubes que tem posto muita gente e que nos tem ajudado, ajudado todo o Concelho, a cumprir aquele objetivo do nosso Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo, que é pôr mais gente a fazer desporto e até ao final da década, atingirmos os níveis europeus de prática desportiva.”

6.18.1.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em complemento aquilo que disse o Senhor Vereador Filipe Pacheco, eu quero deixar aqui o meu agradecimento às Juntas de Freguesia com quem nós temos formulado estes contratos Interadministrativos. Como sabem, a Câmara Municipal de Almada, de que eu tenha registo ou memória anterior, nunca teve tanta empreitada em curso. Portanto, os recursos também são limitados. Isso significa que há pequenas obras como estas e até como a obra no edifício ao lado da Colmeia Vigilante, mas também toda a política de restauros nos Polidesportivos, tem sido possível fazer, graças a estes contratos Interadministrativos onde a Câmara Municipal faz o projeto, faz a estimativa orçamental, e depois faz um contrato interadministrativo para a feitura. Não é uma prática nova, já foi feita, mas de facto, também temos feito este sistema com as próprias escolas e, portanto, todas as escolas têm aceite esta questão e isto tem permitido avançar muito nestas obras de pequena monta, estamos a falar de 40.000.00€ (quarenta mil euros), mas que são obras fundamentais.

Como devem imaginar e acho que aqui alguns já suspeitam, lamentamos que, só há uma Junta com quem nós não tenhamos conseguido fazer nenhum contrato interadministrativo. Nenhum. Por recusa da própria. Nomeadamente, nos Polidesportivos. Portanto, eu acho que isso é uma matéria, e eu já imaginava que haveria reação às minhas palavras, mas é uma matéria que de facto, há Polidesportivos que já podiam estar prontos se houvesse essa disponibilidade, faremos nós próprios, será a Câmara Municipal a fazê-lo diretamente, não deixaremos de o fazer.”

6.18.2 – No debate usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais Luís Filipe Palma (CDU), Pedro Dias Pereira (PS) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS).

6.18.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Não é uma reação, Senhora Presidente, apenas é uma constatação que a Senhora tem dificuldade em falar a verdade. E mais uma vez, tenho que lhe dizer aqui olhos nos olhos, que não é a verdade o que a Senhora Presidente está a dizer relativamente a essa questão que acabou de falar relativamente aos contratos-programa, para a requalificação dos Polidesportivos.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

[Handwritten signatures]

Recentemente, tive uma reunião com o Senhor Vereador Filipe Pacheco, creio que no início de maio, onde foi apresentada uma proposta para a requalificação do Polidesportivo do Centro Cultural e Juvenil de Santo Amaro. E o que nós dissemos é que iríamos levar a proposta a reunião de Junta, com levamos, e transmitimos por ofício aquela que foi a decisão que ficou lavrada em Ata dessa reunião de Junta de Freguesia, em que nós dissemos, nós temos propostas apresentadas relativamente à requalificação do Bairro Bento Gonçalves, voltamos a enviar o orçamento, e acho que por uma diferença mínima, os Senhores entenderam não apoiar a requalificação do Polidesportivo do Bairro Bento Gonçalves. Esse sim, precisa de requalificação.

Portanto, recusaram a nossa proposta. Nós ainda fizemos uma contraproposta que era, tendo em conta o valor que estava disponibilizado, então transfiram-no para o Polidesportivo no Feijó que também está a necessitar de requalificação, e não é que o valor que enviam para a reparação dos Polidesportivos por ano, que nós conseguimos fazer grandes requalificações. E mais, também dissemos que não o faríamos porque os que estão nos contratos Interadministrativos com as Juntas são este dois, é o Polidesportivo do Feijó e o Polidesportivo do Bairro Bento Gonçalves. E não é nem nunca foi o Polidesportivo da Casa Amarela como todos conhecem.

Portanto, a Senhora Presidente diga a verdade, diga as coisas como são, porque se não o fizer fica-lhe mal."

6.18.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Dias Pereira (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente, esta proposta que a Câmara Municipal traz, demonstra aquilo que eu, há pouco estava a dizer, em duas vertentes, não só o cuidado com os prédios propriedade da Câmara Municipal disponíveis para utilização e a sua boa utilização. Referiu que de um lado já está a Colmeia Vigilante e agora vai nascer ali ao lado a sede do Clube Pedro Pessoa. Nós congratulamo-nos com isso e também nos congratulamos que tanto uma com o a outra tiveram contratos Interadministrativos com a Junta de Freguesia, o que significa que a Câmara Municipal está a fazer uma boa parceria ou tem feito uma boa parceria com a Junta de Freguesia da Charneca de Caparica e Sobreda, isso é muito importante, é tão importante que se vai à Freguesia e hoje a Freguesia está do dia para a noite, de 2017 para agora."

6.18.2.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Agradeço naturalmente, as palavras do Senhor Deputado Municipal Pedro Pereira.

Senhor Deputado Municipal Luís Palma ou Senhor Presidente neste caso também aqui do Laranjeiro Feijó, e não sei se devo dizer Senhor candidato, mas acho que já é oficial.

Tornou-se um hábito da CDU que começa a ser um bocado cansativo, de vir acusar-me sempre de faltar à verdade. Só que depois nas justificações que apresentam, só vêm comprovar a minha verdade e em contrapartida o falsear da vossa versão. O que o Senhor Deputado Municipal acaba de dizer, foi muito claro, a Câmara Municipal igual ao que faz às outras Juntas, a Câmara Municipal tem um projeto, elabora o projeto e propõe se a Junta o quer executar. E o Senhor Deputado Municipal Presidente de Junta, acabou de confirmar e disse: desculpem, o vosso projeto não o queremos, e eu chamo a isto uma recusa, em contrapartida queremos outro. Agora, eu não sei que língua é que falamos. Quando alguém tem uma proposta que é a proposta da Câmara Municipal, que não invalida qualquer outro projeto que a Junta tenha, não invalida, mas é esta a proposta da Câmara Municipal e a proposta da Câmara Municipal é reabilitar o Polidesportivo, para já em frente à Casa Amarela, e quando o outro lado nos diz, não queremos esse queremos o outro, eu não sei outra palavra que não seja a recusa da proposta da Câmara Municipal.

Portanto, volto a dizer, houve uma única Junta. Se a Charneca de Caparica tivesse dito que não queriam um edifício que queriam outro, eu diria a mesma coisa. E por isso, é que é um contrato-interadministrativo, porque há uma intenção clara da Câmara Municipal, que quer fazer isso, faz todo o trabalho de preparação ou a Junta quer colaborar ou não quer. Neste caso, a Junta recusou fazer o projeto da Câmara Municipal que não tira legitimidade aos outros projetos da Junta. Agora, vamos ser claros e verdadeiros já que gostam tanto das palavras.



Houve efetivamente, uma recusa da Junta com outra proposta. É legítimo e ninguém o pode acusar de recusar e de ter outras opções. Mas uma recusa continua a ser uma recusa.”

6.18.2.4 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente de Câmara, a Senhora revela incapacidade para negociar. Se é um contato interadministrativo tem que haver um acordo entre as partes. O que os senhores nos propuseram foi uma obra que era impossível de fazer porque estava abaixo do valor do custo de obra. Nós fizemos uma sondagem pelo mercado e o valor que a Câmara Municipal ia transferir, não dignificava a obra que iríamos fazer. Não se trata de uma obra de cosmética, nós quando propusemos a requalificação do Bairro Bento Gonçalves, não era uma obra cosmética. Nós apresentamos um orçamento, com um projeto de arquitetura, que não nos deram resposta e assumam isso. Se a Câmara Municipal faz propostas a outras Juntas e aceitam, isso fica ao critério de cada um. Agora, isso não pode pôr em causa a legitimidade e até o olhar do ponto de vista político, da obra, da execução da obra, todos os contornos técnicos. Isso não pode ser posto em causa. Não se trata de uma recusa. Nós estávamos a tentar negociar e fizemos essa proposta. Nós dissemos que não íamos requalificar o Polidesportivo do Centro Cultural Juvenil de Santo Amaro, vamos investir na requalificação do Bairro Bento Gonçalves, é esse que é mais necessário e não tiveram essa capacidade e saibam reconhecer. Agora, a Câmara Municipal não nos obriga a fazer seja aquilo que for e quando há interesse das partes e sabemos negociar, há um acordo. Mas neste momento não houve e como não houve noutras situações e muito que tivemos que trabalhar para chegar a alguns acordos durante este mandato como a Senhora Presidente sabe. Mas pelos vistos, a Junta de Freguesia de Laranjeiro estava tão enganada que todas as outras Juntas perceberam que não tinham condições para aceitar as novas competências que a Câmara Municipal nos queria impor.

E, portanto, mais uma vez revelaram nesta última proposta, nem responderam sequer à nossa contraproposta.”

6.18.2.5 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Presidente, essas avaliações não faço. O que eu sei é que nós já requalificamos cerca de seis Polidesportivos. Portanto, se há coisa que nós sabemos é quanto custa uma requalificação. O Senhor Deputado achou que era excessivo e insuficiente, pelos vistos, as outras Juntas, e está aqui a Junta de Almada, está a Junta de Caparica Trafaria, todas elas conseguiram fazer a obra, o Laranjeiro Feijó pelos vistos não conseguia fazer aquela obra, mas isso é outra matéria.”

6.18.2.6 – O Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tentando ser o mais telegráfico possível. Senhor Deputado Municipal Luís Palma, nós reunimos no passado dia 2 de maio, e a proposta foi muito concreta, nós pretendemos requalificar o Polidesportivo da Casa Amarela, tem interesse ou não? E até houve abertura por parte da Junta nessa reunião e acrescentado de para além da Casa Amarela, pretendemos também olhar para outros Polidesportivos, inclusive, o do Bairro Bento Gonçalves.

No dia 6 de maio, eu enviei, como resultou da reunião, uma proposta de contrato Interadministrativo precisamente para requalificação do Polidesportivo da Casa Amarela que tinha sido o objeto da reunião sem prejuízo de olharmos para outros. E evidentemente, que ninguém navega a bolina, enviamos um conjunto de consultas que formalizavam o valor a transferir. Ora, se a Junta entendia ou deveríamos melhor algumas dimensões da requalificação ou que até e penso que foi até esse o problema, que os preços do mercado, entretanto, tinham subido, é simples, consultas atualizadas e a Câmara Municipal atualiza o valor. Nada mais. Agora, aquilo que foi a resposta não foi isso. Mais, ao dia 20 como já tinha passado quase um mês da reunião, eu voltei a enviar um email de insistência, face à importância e urgência deste projeto, deem lá uma resposta. A resposta ainda demorou em vir, mas quando veio é: nós não temos interesse em requalificar o Polidesportivo da Casa Amarela, nessa dimensão para mim até foi, enfim, a expectativa que tínhamos ficado da reunião, era que



[Handwritten signature]
[Handwritten number 2]
[Handwritten mark]

essa requalificação pelo menos, estava garantida e que íamos olhar para os Polidesportivos não esse não queremos, queremos é olhar para aquele e aquele.

Ora, aquilo que estamos aqui a falarem, o objeto daquilo que estamos aqui a discutir é o da Casa Amarela, queremos ou não queremos fazer? E Junta de forma muito concreta disse não. Esse não queremos requalificar, queremos olhar para outros. E nós sempre dissemos o seguinte: vamos já requalificar este sem prejuízo de olharmos para os outros. É disso que estamos aqui a falar. Se continuar a haver essa disponibilidade da parte da Câmara Municipal, volto a dizer, temos muita vontade de requalificar já o Polidesportivo da Casa Amarela e olhar também para os outros Polidesportivos. É disso que estamos aqui a falar.

Portanto, eu espero que haja essa dimensão de caminho que acho que ainda é possível fazê-la.”

6.18.2.7 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Não queria alimentar muito mais esta conversa até porque nós vamos votar favoravelmente este ponto, mas a conversa levou-nos para aqui e acho que há mais umas coisas a dizer.

A Senhora Presidente às vezes fala de cor e não conhece. A Senhora Presidente não conhece certamente a proposta de requalificação do Polidesportivo do Bairro Bento Gonçalves, se calhar também não sabe que a Junta de Freguesia apenas tem nos contratos Interadministrativos com a Câmara Municipal, o Polidesportivo do Feijó e o Polidesportivo do Bairro Bento Gonçalves e são para esses que nós devemos olhar de forma prioritária. Aliás, nós sabemos fazer requalificações de Polidesportivos, ao ponto de em 2017, termos feito a requalificação do Polidesportivo do Feijó, num valor que ascendeu aos 40.000.00€ (quarenta mil euros) na altura, com colocação de piso, novas balizas, cestos para a prática de basquetebol, pintura dos muros e moretos e a requalificação da rede. Passados estes anos, já dissemos à Câmara Municipal do que é que nós precisávamos e Câmara Municipal simplesmente, não teve essa capacidade de fazer essa obra connosco, nem nos enviou a verba nem quis estabelecer nenhum contrato reforçado. Foi sempre essa a nossa batalha, não será agora certamente, que nós iremos em pleno final de julho, acertar seja o que for até ao final do nosso mandato, tivemos quatro anos mais quatro anos, são oito anos, em que isso podia ter acontecido e tudo aquilo que fizemos foi com base no orçamento que a Junta entendeu disponibilizar naqueles equipamentos.

O que é lamentável, mas digo que é lamentável no plano geral de todos os Polidesportivos. Aquilo que fizeram e bem, relativamente aos outros Polidesportivos nas outras Juntas de Freguesia que nós reconhecemos que fizeram bem, não estamos aqui com uma visão destrutiva de tudo aquilo que foi esse olhar, lamentamos é que havendo propostas e havendo vontade e pelos vistos acho que também já disseram aqui que havia vontade da Câmara Municipal, então porque é que não concretizamos. Mas agora já não vamos chorar sobre o leite derramado, agora já está, já está. Esperemos é que de futuro isto possa ser corrigido e que se possa olhar numa visão global daquilo que deve ser a requalificação destes Polidesportivos, que aliás, a visão que nós tínhamos para o Polidesportivo do Bairro Bento Gonçalves, era que o mesmo até fosse gerido por um clube com prática no basquetebol na nossa Freguesia e isso iria ser muito melhor para todos e era essa a nossa intenção. Mas agora fica para o futuro.”

6.18.2.8 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Muito brevemente. Sim tem razão, muitos destes projetos de requalificação são feitos pelo Departamento do Desporto e são depois preparados pelos nossos serviços de obras. E com o rigor que se propõe. E eu aqui acho que o Senhor Vereador foi muito claro. É nossa intenção requalificar todos os Polidesportivos e que de facto, há muito tempo que precisavam de serem requalificados. Mas, Senhor Deputado Municipal, vamos ser honestos, não vamos confundir a requalificação com a pequena manutenção. Não vamos confundir isso e não vamos confundir as pessoas.

O que nós estamos a dizer e que o Senhor Vereador acabou de afirmar, é: em todos os investimentos que temos feito, a Câmara Municipal prepara o projeto, prepara as peças, faz as consultas preliminares e é assim que



propõe às Juntas de Freguesia. O que não invalida que hajam outros projetos. E para o efeito, não estava o trabalho da parte da Câmara Municipal, para esses que pelos vistos ainda não estava pronto.

Os Senhores se quisessem faziam este enquanto se preparava o outro e este estava pronto para arrancar. E ainda bem, que cada uma das suas intervenções, o Senhor Deputado Municipal confirma o que eu disse no início, que sim, foi a única Junta que recusou este contrato Interadministrativo.”

6.18.3 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprova a celebração do Contrato Interadministrativo com a UF Charneca de Caparica e Sobreda para beneficiações na divisão com entrada pelo n.º 9A, do edifício municipal sito na Praça Aquilino Ribeiro, N.ºs 9, 9A e 9B, com vista à instalação da Sede Social do Clube Pedro Pessoa, nos precisos termos da deliberação camarária de 21 de julho de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-333-OA.

6.19 – Entrou-se no ponto 3.19 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Modificação Objetiva Contrato n.º 3/2025 - Aquisição de serviços de controlo mecânico e químico de vegetação espontânea sem glifosato - Lote 2”.

6.19.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira (PS);

6.19.1.1 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É mais uma reprogramação financeira dos encargos plurianuais, é uma modificação objetiva do contrato que apenas antecipa porque já está executada toda a verba de 2025 no corte mecânico de ervas sem glifosato, e que vamos antecipar a verba de 2026 para poder dar continuidade ao processo.”

6.19.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprova a reprogramação financeira plurianual com vista a Modificação Objetiva Contrato n.º 3/2025 - Aquisição de serviços de controlo mecânico e químico de vegetação espontânea sem glifosato - Lote 2, nos precisos termos da deliberação camarária de 25 de julho de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-311-DGLU.

7 –Tendo-se esgotado a ordem de trabalhos, sendo cerca das 00H45, deu-se por concluída a Reunião da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal.

8 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS), dos/as Vereadores/as Senhores/as Maria Teodolinda Silveira (PS), Filipe Alexandre Pacheco (PS), Ana Marques Serra Moura Salvado (PS), Gabriel Machado da Rosa (PS), Nuno Matias (PSD), António Matos (CDU), Helena Azinheira (CDU), Mara Rita Martins (CDU), Paulo Santos (CDU) e Paula Brum (BE).

9 – Foi verificada a presença de cerca de 60 munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

10 – Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE 



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

2.

O 1.º SECRETÁRIO

R. Silva

A 2.ª SECRETÁRIA

Paula Silva

